DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, sexta-feira, 3 de abril de 1981 — ANO V — Nº 64

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 5.871 DE 26 DE MARÇO DE 1981

Inclui Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º, item II, e 5º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — Fica incluída, na forma do anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Administração Regional de Brazlândia, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtida mediante supressão da Função em Comissão alí indicada.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1981
93º da República e 21º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

ANEXO

DECRETO Nº 5.871, DE 26 DE MARÇO DE 1981

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS
SECRETARIA DO GOVERNO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				JUNTA DO SERVIÇO MILITAR		
01	Secretário da Junta do Serviço Militar	FC-12	01	Secretário Administrativo	DAI-112.2	Agente Administrativo ou Datilógrafo.

DECRETO Nº 5.878 DE 30 DE MARÇO DE 1981

Inclui Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 5º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980 e o artigo 1º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam incluídas, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtidas mediante transformação ou supressão dos Empregos em Comissão ali indicados.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1981
93º da República e 21º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA

ANEXO

DECRETO Nº 5.878 DE 30 DE MARÇO DE 1981
GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

EMPREGOS EM COMISSÃO (EC) TRANSFORMADOS OU SUPRIMIDOS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DOS EMPREGOS EM COMISSÃO (EC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				GABINETE DO DIRETOR		
1	Assistente	EC-7	1	Assistente	LT-DAI-112.3	Agente Administrativo
1	Secretário-datilográfo	EC-8	1	Assistente	LT-DAI-112.3	Agente Administrativo
				GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO		
1	Assistente	EC-7	1	Assistente	LT-DAI-112.3	Agente Administrativo
1	Supervisor de Pesquisa e Projeto	EC-2	1	Supervisor de Pesquisa e Projeto	LT-DAI-111.3	Arquiteto ou Engenheiro
				GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO		
1	Assistente	EC-7	1	Assistente	LT-DAI-112.3	Auxiliar em Assuntos Educacionais ou Agente Administrativo
1	Supervisor de Registro e Controle de Auto-Escola	EC-2	1	Supervisor de Registro e Controle de Auto-Escola	LT-DAI-111.3	Técnico em Assuntos Educionais ou Psicólogo
1	Supervisor de Material Didático	EC-3	1	Supervisor de Material Didático	LT- DAI-111.3	Auxiliar em Assuntos Educacionais ou Agente Administrativo

ANEXO

DECRETO Nº 5.878 DE 30 DE MARÇO DE 1981
GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

EMPREGOS EM COMISSÃO (EC) TRANSFORMADOS OU SUPRIMIDOS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DOS EMPREGOS EM COMISSÃO (EC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				GERÊNCIA DE APRENDIZAGEM E HABILITAÇÃO		
1	Supervisor de Cadastro de Condutores	EC-3	1	Supervisor de Cadastro de Condutores	LT-DAI-111.3	Agente Administrativo ou Agente de Trânsito
				GERÊNCIA DE CONTROLE DE VEÍCULOS		
1	Supervisor de Licenciamento de Veículos	EC-3	1	Supervisor de Licenciamento de Veículos	LT-DAI-111.3	Agente Administrativo
1	Supervisor de Vistoria e Emplacamento de Veículos	EC-3	1	Supervisor de Vistoria e Emplacamento de Veículos	LT-DAI-111.3	Agente Administrativo ou Agente de Trânsito
				GERÊNCIA DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		
1	Supervisor de Depósito de Veículos Apreendidos	EC-5	1	Supervisor de Depósito de Veículos Apreendidos	LT-DAI-111.3	Agente de Trânsito
				GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		
1	Supervisor de Pessoal	EC-3	1	Supervisor de Pessoal	LT-DAI-111.3	Agente Administrativo

ÍNDICE

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 3
SECRETARIA DO GOVERNO 4
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO 6
SECRETARIA DE FINANÇAS 7
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA 8
SECRETARIA DE SAUDE 9
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 10
SECRETARIA DE VIAÇAO E OBRAS 12
SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS 12
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA 13
PROCURADORIA GERAL 16
TRIBUNAL DE CONTAS 16
ATAS, CONTRATOS, CONVENIOS E BALANÇOS 36
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇOES 38

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar térreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIARIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3º andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇAO: Direto: 225 7803
PABX - 225- 6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇOES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 1.220,00
Semestral ..... Cr$ 610,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 900,00
Semestral ..... Cr$ 450,00

OBSERVAÇAO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$ 20,00
Particulares ..... Cr$ 42,70

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

ANEXO

DECRETO Nº 5.878 DE 30 DE MARÇO DE 1981

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

EMPREGOS EM COMISSÃO (EC) TRANSFORMADOS OU SUPRIMIDOS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DOS EMPREGOS EM COMISSÃO (EC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		
1	Supervisor de Contabilidade	EC-2	1	Supervisor de Contabilidade	LT-DAI-211.3	Contador

DECRETO Nº 5.879 DE 1º DE ABRIL DE 1981

Aprova a planta do Setor que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do Processo nº 905.573 71,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovada a planta SDC-PR. 5 1 que cria os lotes 1, 2, 6, 7, 8 e 9 do Setor de Divulgação Cultural, situado no Eixo Monumental Oeste — RA I.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1981
93º da República e 21º de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ CARLOS MELLO

Secretaria do Governo

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, Código SA-401.A, Referência NM-19, matrícula nº 110-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-12, de Secretário da Junta do Serviço Militar, da Administração Regional de Brazlândia, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 26 de março de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Viação e Obras

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 1981

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 12, item "e" e Parágrafo 2º, do Decreto nº 3.077, de 03 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

NOMEAR o Engenheiro PAULO DE ABREU REBELLO, para exercer o mandato de membro do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, na qualidade de representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA, Distrito Federal.

Brasília, 31 de março de 1981
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ CARLOS MELLO

Despacho.

PROCESSO Nº 37 1926 81-FEDF
NOME: MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI
ASSUNTO: OI. Nº 54 81-DGP — Afastamento de prof. para participar de programação s Educação Comunitária nos Estados Unidos da América.

Senhor Governador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do Decreto "N" nº 542 66, que dispõe sobre os afastamentos de servidores, no âmbito do Distrito Federal, para frequentar curso de aperfeiçoamento e especialização, submeter a aprovação de Vossa Excelência o afastamento da professora MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, Diretora de Apoio Pedagógico, do Departamento Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional do Distrito Federal, inscrição 84.055 FEDF, para que possa realizar visita aos Estados Unidos, com a finalidade de participar em "workshops" em Educação Comunitária na MOTT Foundation, Flint, Michigan, Washington D.C. e em Ark, Virgínia, no período de 4.4.81 a 02.05.81, sem prejuízo de seus vencimentos, mas sem ônus para o GDF ou para a FEDF no que se refere a passagem e estada.

Em 25 03 81

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária de Educação e Cultura e
Presidente do Conselho Diretor da
Fundação Educacional do DF.

Autorizo, de acordo com os termos propostos pela Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Em, 26 de março de 1981

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

GABINETE CIVIL

PORTARIA Nº 04, DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º, Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980.

RESOLVE:

1º — Ficam destacados, na forma dos quadros anexos, às Divisões de Cadastro Financeiro da Coordenação do Sistema de Pessoal e de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesa a serem empenhados no segundo trimestre, por esses órgãos.

2º — Fica a Seção de Orçamento e Finanças deste Gabinete, autorizada a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesa constantes do quadro anexo.

Brasília, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 04 DE 1º DE ABRIL DE 1.981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA. GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL - SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
GAG 2.003 - Assessoramento Superior		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.777.337,00	30.777.337,00
GAG 2.099 - Assessoramento Militar		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.922.724,00	2.922.724,00
T O T A L G E R A L	33.700.061,00	33.700.061,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 04 DE 1º ABRIL DE 1.981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA. GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO GABINETE DO GOVERNADOR

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
GAG 2.003 - Assessoramento Superior		
3.1.3.1 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	200.000,00	
3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	17.905.759,00	18.105.759,00
GAG 2.099 - Assessoramento Militar		
3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	1.500.000,00	
4.2.5.0 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	112.836,00	1.612.836,00
T O T A L G E R A L	19.718.595,00	19.718.595,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 04 DE 1º DE ABRIL DE 1.981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA. GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL - SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
GAG 2.003 - Assessoramento Superior		
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO	1.037.405,00	
4.1.2.0 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000.000,00	5.037.405,00
GAG 2.099 - Assessoramento Militar		
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO	144.000,00	
4.1.2.0 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500.000,00	644.000,00
T O T A L G E R A L	5.681.405,00	5.681.405,00

PORTARIA DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "C", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item VII do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ANTONIO CARLOS GUIMARÃES DIAS, Assessor do Gabinete Civil, matrícula 6.210-3, Código DAS-102.2, para substituir PAULO LEITE DE LACERDA, Subchefe do Gabinete Civil, matrícula 14.366-9, Código DAS-101.3, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 22.04 a 21.05.81.

Brasília, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

PORTARIA DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com os artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.759, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Conceder gratificação pela representação de gabinete ao servidor PEDRO SOARES E REIS FILHO, Agente Administrativo, matrícula nº 19.809, pelo encargo de Auxiliar de Gabinete.

Distrito Federal, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

PORTARIA DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com os artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.759, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Conceder gratificação pela representação de gabinete ao servidor ELÍDIO MONTEIRO MAGALHÃES, Agente de Telecomunicações e Eletricidade, matrícula nº 9.611, pelo encargo de Auxiliar de Gabinete.

Distrito Federal, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

PORTARIA DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com os artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.759, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da gratificação pela representação de gabinete concedida à servidora ANTONIA TEREZINHA DE OLIVEIRA BARBOSA, Datilógrafo, matrícula nº 21.693-3, pelo encargo de Auxiliar de Gabinete.

Distrito Federal, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

PORTARIA DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com os artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.759, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Conceder gratificação pela representação de gabinete à servidora ANTONIA TEREZINHA DE OLIVEIRA BARBOSA, Datilógrafo, matrícula nº 21.693-3, pelo encargo de Oficial de Gabinete.

Distrito Federal, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

PORTARIA DE 1º DE ABRIL DE 1981

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, combinado com os artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.759, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da gratificação pela representação de gabinete concedida ao servidor PEDRO SOARES E REIS FILHO, Agente Administrativo, matrícula nº 19.809, pelo encargo de Oficial de Gabinete.

Distrito Federal, 1º de abril de 1981

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

ÓRGÃOS VINCULADOS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 19/81, DE 26 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1.745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V, de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Dispensar o servidor BRUCE MOREIRA DA COSTA, Agente Administrativo, Código NM-401.C, Referência 29, do Cargo de Assessor, Código LT-DAS-102.1, da Tabela de Empregos em Confiança, deste Departamento, a partir de 31.03.81.

Brasília, 26 de março de 1981

MAURÍCIO DUQUE BICALHO
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 20/81, DE 26 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1.745, art. 18, título III, capítulo I e inciso V, de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Dispensar o servidor ROMMEL AUGUSTO DA SILVA CASTRO, do Cargo de Diretor da Divisão de Turismo, Código LT-DAS-101.1, da Tabela de Empregos em Confiança, deste Departamento, a partir de 31.03.81.

Brasília, 26 de março de 1981
MAURÍCIO DUQUE BICALHO
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 21/81, DE 26 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1.745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V, de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Designar o servidor BRUCE MOREIRA DA COSTA, Agente Administrativo, Código NM-401.C, Referência 29, para exercer o Cargo de Diretor da Divisão de Turismo, Código LT-DAS-101.1, da Tabela de Empregos em Confiança, deste Departamento, a partir de 01.04.81.

Brasília, 26 de março de 1981

MAURÍCIO DUQUE BICALHO
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 22/81, DE 26 DE MARÇO DE 1981.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1.745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V, de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

Designar o servidor ROMMEL AUGUSTO DA SILVA CASTRO, para exercer o Cargo de Assessor, Código LT-DAS-102.1, da Tabela de Empregos em Confiança, deste Departamento, a partir de 01.04.81.

Brasília, 26 de março de 1981

MAURÍCIO DUQUE BICALHO
Diretor

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 007/81-SEG, DE 02 ABRIL DE 1981.

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 7º do Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

1º — Destacar às Divisões de Cadastro Financeiro e de Programação e Controle, da Secretaria de Administração, para movimentação no 2º trimestre, os valores constantes dos anexos I e II.

2º — Autorizar a Seção de Orçamento e Finanças, desta Secretaria, a movimentar os valores constantes dos anexos III e IV.

Brasília, 02 de abril de 1981.
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
Secretário

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 007 /81-SEG, DE 02 DE ABRIL DE 1981.

QUADRO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DO GOVERNO ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Cadastro Financeiro - CSP - SEA	
PROJETO/ATIVIDADE — GRUPO DE DESPESA	VALOR
2.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo	
00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	34.840.000,00

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 007/81-SEG, DE 02 DE ABRIL DE 1981.

QUADRO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DO GOVERNO ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Programação e Controle - CSM - SEA	
PROJETO/ATIVIDADE - ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo	
00 - 3.1.2.0 - Material de Consumo.....	200.000,00
00 - 4.1.2.0 - Equipamento e Material Permanente.....	300.000,00
T O T A L.....	500.000,00

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 007 /81-SEG, DE 02 DE ABRIL DE 1981.

QUADRO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DO GOVERNO ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção de Orçamento e Finanças - DAG - SEG	
PROJETO/ATIVIDADE — ELEMENTO/SUBELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.003 - Celebração de Acordos, Contratos e Convênios	
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	7.000.000,00
1.005 - Encafgos de Regionalização	
00 - 4.1.3.0. - Investimentos em Regime de Execução Especial.....	3.000.000,00
2.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo	
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	1.400.000,00
1.114 - Implantação do Sistema de Planejamento do Distrito Federal	
00 - 4.1.3.0 - Investimentos em Regime de Execução Especial.....	5.000.000,00
1.002 - Desenvolvimento Organizacional e Estrutural da Adm. de D. Federal	
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	4.000.000,00
1.004 - Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos	
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	1.000.000,00
1.071 - Desenvolvimento Urbano	
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	5.000.000,00
T O T A L.....	26.400.000,00

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 007 /81-SEG, DE 02 DE ABRIL DE 1981.

QUADRO IV

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DO GOVERNO ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção de Orçamento e Finanças - DAG - SEG	
PROJETO/ATIVIDADE — SUBELEMENTO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2.827 - Manutenção dos Serviços e Atividades da CODEPLAN	
00 - 3.2.1.2/01 - Pessoal e Encargos Sociais.....	69.000.000,00
01 - 3.2.1.2/02 - Outras Despesas Correntes.....	3.852.000,00
T O T A L.....	72.852.000,00

PORTARIA DE 26 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8° do Decreto n° 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR, FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, matrícula 110-4 Código SA-401.A Referência NM-19 para exercer a função de Secretário Administrativo, Código DAI-112.2 do Gabinete do Administrador, da Administração Regional de Brazlândia da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília-DF, 26 de março de 1981

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
Secretário

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 21 do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto n° 2.284 de 12.06.73, e tendo em vista o que consta do artigo 12, item I do Decreto n° 5.748 de 30.12.80,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor AGNELO DIAS CORREIA, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Gama, para Executor do Termo de Ocupação celebrado entre o Distrito Federal e o Senhor JOSÉ DUARTE MELGAÇO, objetivando a ocupação do Box n° 15, Conjunto n° 01, da Feira Permanente do Gama, destinado ao comércio de Aves vivas e pequenos animais Domésticos.

Gama-DF, 26 de março de 1981

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, artigo 21 do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto n° 2.284, de 12.06.73, e tendo em vista o que consta do artigo 12, item I do Decreto n° 5.748 de 30. 12.80,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor AGNELO DIAS CORREIA, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Gama, para executor do Termo de Ocupação celebrado entre o Distrito Federal e a Senhora TEREZINHA DE JESUS QUEIROZ, objetivando a ocupação do Box n° 119, Conjunto n° 09, da Feira Permanente do Gama, destinado ao comércio de Produtos Hortigranjeiros.

Gama-DF, 26 de março de 1981

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLANDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor ANTONIO EVANDI MENDONÇA, Diretor da Divisão de Obras desta Administração Regional de Brazlândia, matrícula n° 18.284, executor dos serviços a que se refere o Convite n° 004 81-RA-IV, adjudicados à firma VERDE-Projeto e Paisagismo Ltda., nos termos do que estabelece o TERMO-PADRÃO DE CONTRATO N° 10 80, publicado no Suplemento do DODF de 27 08 80, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar, acompanhar a execução e atestar a conclusão das etapas ajustadas bem como, outras atribuições contidas na Carta – Convite n° 004 81-RA-IV.

Brazlândia-DF, 26 de março de 1981

HUMBERTO DENUCCI
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "d", do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1° e item I do artigo 2° do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979, JOAQUIM MILITÃO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, matrícula 02.648-4, Código SA-401.C, Classe "C", Ref-NM-26 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ALBÉRICO ANTUNES DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão de Administração-Geral - RA IV, matrícula 16.014-8, Código DAS-101.1, por motivo de férias regulamentares do titular - exercício de 1980, no período de 1° a 30 de abril de 1981.

Brasília-DF, 30 de março de 1981

HUMBERTO DENUCCI
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "d", do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1° e item I do artigo 2° do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979, HÉLIO PEREIRA DOS SANTOS, Agente Administrativo, matrícula 21.391-8, Código SA-401.A, Classe "A", Ref. NM-17, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, JOAQUIM MILITÃO DE OLIVEIRA, Chefe da Seção Financeira - DAG-RA-IV - Brazlândia, matrícula 02.648-4, Código DAI-111.3, por motivo o titular estará substituindo o Diretor da Divisão de Administração Geral, no período de 1° a 30 de abril de 1981.

Brasília-DF, 30 de março de 1981
HUMBERTO DENUCCI
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 1°, do Decreto n° 5.476, de 23 de setembro de 1980,

RESOLVE:

AUTORIZAR a gratificação pela prestação de serviços extraordinários aos funcionários desta Administração Regional, na forma constante do quadro anexo.

Brazlândia-DF., 30 de março de 1981

HUMBERTO DENUCCI
Administrador

GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - PERÍODO DE 1º a 31/03/81.

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 30 /03/81.

MATRÍCULA	N O M E	SÍMBOLO	HORAS
00.012	FRANCISCO CHAGAS BANDEIRA	TP.602.2	60
00.376	ANTÔNIO BEZERRA DE LIMA	TRABALHADOR M.01	60
01.163	MANOEL RAIMUNDO DOS SANTOS	TP.602.4	50
16.023	FELÍCIO GUADALINI	SA.401.5	30
16.109	AVELINO DE DEUS PINHEIRO FILHO	ART.501.5	60
15.858	JURANDI DE MACÊDO	TP.601.5	60
13.323	ELIZEU JOSÉ DA SILVA	ART.504.2	50
12.181	BENEDITO PEREIRA DA SILVA	NM.808.1	45
16.686	ERCÍLIO PÊGO PAIXÃO	TP.602.1	40
15.726	JOVINIANO GARCIA DE MENEZES	NM.808.7	20
11.861	LUIZ MENDES DA FONSECA	ART.502.2	40
00.574	PEDRO CAMILO DE SOUZA	TP.602.4	40
13.321	OSVALDO DE SOUZA DIAS	ART.504.2	40
14.777	JOSÉ CAETANO DA SILVA	ART.502.2	40
16.858	RAIMUNDO GOMES DE MORAIS	TP.602.2	30
14.557	BERNARDINO TRINDADE DOS SANTOS	ART.503.2	40
13.016	JOSÉ MONTEIRO DAMASCENO	TP.602.5	60
15.347	INACIO LOPES CAVALCANTE	TP.602.4	30

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/81-RA VI, DE 17 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional, e tendo em vista o disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira,

RESOLVE:

DESIGNAR o Arqtº ANTONIO CARLOS MORAES DE CASTRO, Assessor da Administração Regional para Executor do Convênio nº 067/79 e termos Aditivos feitos em 27.06.80, e 30.12.80, firmados entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, cujo objeto é a construção da Feira Modelo desta cidade, cabendo-lhe as atribuições de acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução da referida obra.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Planaltina-DF, 17/março/1981

SALVIANO ANTONIO GUIMARÃES BORGES
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 013/81-RA VI, DE 25 DE MARÇO DE 1981

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional; e tendo em vista o disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor ANTONIO CARLOS MORAES DE CASTRO, Assessor da Administração Regional, para Executor dos serviços de pavimentação de um estacionamento, situado entre a Via WL-2, os Blocos N e J do SHD e a Rodoviária desta cidade, adjudicados à firma EDEN — Construções Ltda, através do processo nº 210.073/81-RA VI, a serem custeados pela Nota de Empenho nº 102/81-SEF, cabendo-lhe as atribuições de acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução dos referidos serviços.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Planaltina-DF, 25/março/1981

SALVIANO ANTONIO GUIMARÃES BORGES
Administrador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL

PROCESSO Nº: 003.581/81
INTERESSADO: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA
ASSUNTO: CRIAÇÃO DE EMPREGO DE ENGENHEIRO
RELATOR: PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO

— Aprovar a criação de 01 (um) emprego de Engenheiro no Quadro de Pessoal da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB; e

— Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

Brasília, 24 de março de 1981

Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Conselheiros

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS

RONALDO DE OLIVEIRA

ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

WANDERVAL ALVES DA COSTA

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

HOMOLOGO.

Brasília, 1º de abril de 1981

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

PROCESSO Nº: 004.001/81
INTERESSADO: COMPANHIA INDUSTRIAL ZORNITA EQUIPAMENTOS DE GERÊNCIA
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA

DESPACHO: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 68, do Decreto 4.507, de 26 de dezembro de 1978, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso I, do art. 66, do citado diploma, aplico à firma Companhia Industrial Zornita Equipamentos de Gerência, a multa de Cr$ 29.868,75 (Vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos), pelo atraso OCORRIDO, na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 1.417/80-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS, nº 109/80-CL-SEA, de que participou.

Publique-se, dê-se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe-se ao Departamento da Despesa-SEF.

Em 23 de março de 1981.

ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

PROCESSO Nº: 003728/81
INTERESSADO: SOMA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ASSUNTO: APLICAÇÃO DE PENALIDADE

DESPACHO: À vista do cancelamento do item 8º no valor de Cr$ 8.536,00 (oito mil quinhentos e trinta e seis cruzeiros), descrito na Nota de Empenho nº 1.410/80-DPC, emitida em nome da firma SOMA — MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, e, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso I, do art. 66, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, aplico à supracitada firma Soma Máquinas e Equipamentos Ltda., a multa de Cr$ 1.707,20 (hum mil, setecentos e sete cruzeiros e vinte centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor cancelado, por ter a adjudicatária infringido o disposto no parágrafo 3º, do art. 68, do mencionado Decreto 4.507.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras e, a seguir, ao Departamento da Despesa-SEF.

Em 25 de março de 1981

ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

PROCESSO Nº: 004.419/81
INTERESSADO: KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.

DESPACHO: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 68, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso I, do art. 66, do citado diploma, aplico à firma KODAK BRASILEIRA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, a multa de Cr$ 1.131,00 (Um mil, cento e trinta e um cruzeiros) pelo atraso de 29 (vinte e nove) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 919/80-DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do CONVITE nº 92/80-SPC-DC de que participou.

Publique-se, dê-se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe-se ao Departamento da Despesa-SEF.

Em 26 de março de 1981

ANTONIO ALBERTO RODRIGUES PESTANA
Coordenador

SECRETARIA DE FINANÇAS

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 206/78
RECORRENTE: Adilson dos Santos
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RELATOR: Conselheiro Wellington Carlos Batista

ACÓRDÃO Nº 01/81 (2.155)

EMENTA: **HORÁRIO PARA DEPÓSITO E COLETA DE LIXO — DEPÓSITO DO LIXO EM LOGRADOURO PÚBLICO INOBSERVÂNCIA DA HORA FIXADA** — O depósito de lixo em logradouro público fora do horário fixado pelo SLU constitui infração ao parágrafo 2º, do art. 304, do Código de Edificações de Brasília, com a redação dada pelo Decreto nº 2.668/74, sujeitando-se o infrator às penalidades legais.

MULTA — REDUÇÃO — Reduz-se a multa ao mínimo legal aplicável, se dos autos não constarem antecedentes, nem agravantes contra o infrator.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 206/78, em que é Recorrente ADILSON DOS SANTOS e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial no sentido de reduzir a penalidade aplicada para a equivalente a 1/4 do valor de referência, vigente à época da infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Ausentes à votação o Conselheiro AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS, justificadamente, substituído pela Conselheira SANDRA FURTADO AYRES e o Conselheiro GILBERTO ALVES NERY.

Sala das Sessões - Brasília-DF, 24 de fevereiro de 1981.

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Redator

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 270/80
RECORRENTE: Francisco de Freitas Castro
RECORRIDA: Secretaria de Viação e Obras

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 002284 80, pertinente ao Auto de Infração nº 1443/79, ofereceu recurso à Esta egrégia Junta em 1º de outubro de 1980. (Registro do protocolo geral de fls. 05).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória emitida em 1º de setembro de 1980, (doc. de fls. 03), foi recebida pelo recorrente em data que o órgão de 1ª instância não pôde informar em virtude de extravio do Aviso de Recebimento da ECT (informe de fls. 15), presumindo-se, portanto, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191 62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 06 de março de 1981.

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 273/80
RECORRENTE: Sérgio Elias Couri
RECORRIDA: Secretaria de Viação e Obras

SÉRGIO ELIAS COURI, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 007919/80, pertinente ao Auto de Infração nº 2435 80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 1º de setembro de 1980. (Registro do protocolo geral de fls. 05).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória emitida em 11 de agosto de 1980 (doc. de fls. 03) foi recebida pelo recorrente em data que o órgão de 1ª instância não pôde informar, em virtude de extravio do Aviso de Recebimento da ECT (informe de fls. 13), presumindo-se, portanto a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 06 de março de 1981.

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 197 80
RECORRENTE: Móveis Guará Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita

Móveis Guará Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 165588 80, pertinente ao Auto de Infração nº 10867 80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 12 de agosto de 1980. (Registro do protocolo geral de fls. 29).

Ocorre, entretanto, que o signatário do recurso não é sócio da firma recorrente nem procurador habilitado.

A recorrente foi intimada 3 (três) vezes a sanar essa irregularidade (em 06-09-80, 04-12-80 e 19-02-81, docs. de fls. 36, 38 e 40), sem que tivesse tomado qualquer providência a respeito, demonstrando total desinteresse no sentido de identificar o signatário do recurso ou de se fazer representar por procurador habilitado.

Diante disso, deixo de receber o recurso, negando seguimento ao feito, no uso da competência que me confere o art. 23, inciso XIX do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo.

Publique-se.

Brasília-DF, 13 de março de 1981.

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 198 80
RECORRENTE: Móveis Guará Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita

Móveis Guará Ltda, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 165589 80, pertinente ao Auto de Infração nº 10868 80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 12 de agosto de 1980. (Registro do protocolo geral de fls. 30).

Ocorre, entretanto, que o signatário do recurso não é sócio da firma recorrente nem procurador habilitado.

A recorrente foi por 3 (três) vezes intimada a sanar essa irregularidade (em 05. 09-80, 05-12-80 e 19-02-81, docs. de fls. 37, 39 e 41), sem que tivesse tomado qualquer providência a respeito, demonstrando total desinteresse no sentido de identificar o signatário do recurso ou se fazer representar por procurador habilitado.

Diante disso, deixo de receber o recurso, negando seguimento ao feito, no uso da competência que me confere o art. 23, inciso XIX do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo.

Publique-se.

Brasília-DF, 13 de março de 1981.

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

Pedido de Avocação nº 01/81
REQUERENTE: Irmãos Rodopoulos Ltda.
REQUERIDA: Junta de Recursos Fiscais

Irmãos Rodopoulos Ltda., requereu em 17 de fevereiro de 1981, a avocação do Processo Fiscal nº 057878/80, pertinente à reclamação contra o lançamento de diferença do IPTU incidente sobre o imóvel SEP M 513, Lotes 04 e 05, referente ao exercício de 1979.

Referida reclamação foi protocolizada em 12 de dezembro de 1980.

Em 06 de janeiro de 1981, a mesma foi encaminhada à Divisão de Tributação, para exame e pronunciamento, lá permanecendo até 20 de fevereiro próximo passado, quando foi remetida à esta colenda Corte em face do pedido de avocação.

Houve, efetivamente, inobservância do prazo legal, eis que o art. 251 da Lei nº 4.191/62, fixa um termo de 10 (dez) dias para que o responsável pelo lançamento fale sobre as alegações da reclamante e o art. 254 do mesmo diploma legal estabelece o prazo de 10 (dez) dias para que o processo esteje presente à autoridade julgadora de primeira instância, sendo que esta possui 15 (quinze) dias de prazo para proferir decisão.

Julgo, pois, procedente a avocação, para considerar como proferido o julgamento a favor do sujeito passivo, permanecendo o processo neste Tribunal Administrativo, como recurso **ex officio, ex vi** do disposto no art. 256, § 3º, da Lei nº 4.191/62.

Processe-se o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 16 de março de 1981.

LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÀRIO Nº 50/81
RECORRENTE: Leonardo Mendonça Brito
RECORRIDO: Secretaria de Viação e Obras.

LEONARDO MENDONÇA BRITO, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 011643/80, pertinente ao Auto de Infração nº 0526/80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 02 de fevereiro de 1981, (Registro do protocolo geral de fls. 04).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória emitida em 08 de janeiro de 1981 (doc. de fls. 05) foi recebida pelo recorrente em data que o órgão de 1ª instância não pôde informar, em virtude de extravio do Aviso de Recebimento da ECT (informe de fls. 11), presumindo-se, portanto, a observância do prazo previsto no art. 257, da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, em 13 de março de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÀRIO Nº 52/81
RECORRENTE: Benedito Tocantins
RECORRIDO: Departamento da Receita

BENEDITO TOCANTINS, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 227995/81, pertinente ao Auto de Infração nº 8820/80, ofereceu, via procurador habilitado (doc. fls. 36), recurso a esta egrégia Junta em 20 de fevereiro de 1981, (Registro do protocolo geral de fls. 31).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 06 de fevereiro de 1981, (Recibo de fls. 30), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257, da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 16 de março de 1981.
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

RECURSO VOLUNTÀRIO Nº 61/81
RECORRENTE: Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda
RECORRIDO: Secretaria de Viação e Obras

Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no Processo Fiscal nº 022168 80, pertinente ao Auto de Infração nº 5895/80, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 23 de dezembro de 1980 (registro do protocolo geral de fls. 04).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 16 de dezembro de 1980. (recibo de fls. 08), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 16 de março de 1981
LUIZ GONZAGA THEODORO
Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 30 DE MARÇO DE 1981.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, EVANDIR RODRIGUES DO VALLE, Assessora Auxiliar do CEDF, matrícula 8.068-3 Código FC-03, do Quadro de Pessoal do D.F., para substituir DIRCE DE OLIVEIRA SOUZA MONTEIRO, Secretária Geral do CEDF, matrícula 4.842-9 Código DAS-101.1 por motivo de férias regulamentares, no período de 1º a 30 de abril de 1981.

Brasília-DF, 30 de março de 1981.
EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 003051/81-GDF
INTERESSADO: ESTHER LÚCIA MARIN DE LOS RIOS.
ASSUNTO: Pela declaração de equivalência dos estudos realizados por ESTHER LÚCIA MARIN DE LOS RIOS no Colégio Alvernia, Bogotá, Colômbia, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 22/81-CEDF, de 11/03/81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência dos estudos realizados por ESTHER LÚCIA MARIN DE LOS RIOS, no Colégio Alvernia — Bogotá — Colômbia, ao do ensino de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 24/03/81.
EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 003965/81-GDF
INTERESSADO: DORYS IVONNE HEREDIA HEREDIA
ASSUNTO: Pela declaração de equivalência do curso concluído por DORYS IVONNE HEREDIA HEREDIA, no Colégio Santa Ana, em Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 43/81-CEDF, de 25/03/81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma, data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso concluído por DORYS IVONNE HEREDIA HEREDIA, no Colégio Santa Ana, em Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Brasília-DF, 27 de março de 1981
EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 003966/81-GDF
INTERESSADO: JANETH MARIE ZEGADA GUTIERREZ
ASSUNTO: Pela declaração de equivalência do curso concluído por JANETH MARIE ZEGADA GUTIERREZ, no Colégio Loreto — La Paz — Bolívia ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 42/81-CEDF, de 25/03/81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso concluído por JANETH MARIE ZEGADA GUTIERREZ, no Colégio Loreto — La Paz — Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 27/03/81.
EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 003982/81-GDF
INTERESSADO: KÁTIA MARILYN ROMERO FERNANDEZ
ASSUNTO: Pela declaração de equivalência do Curso realizado por KÁTIA MARILYN ROMERO FERNANDEZ, no Colégio Alemão, em Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 37/81-CEDF, de 25/03/81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso realizado por KÁTIA MARILYN ROMERO FERNANDEZ, no Colégio Alemão em Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em, 27/03/81.
EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 004262/81-GDF
INTERESSADO: Roger Bello Parada
ASSUNTO: Pela declaração de equivalência do curso realizado por ROGER BELLO PARADA no Colégio Nacional Flórida em Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 40 81-CEDF, de 25 03 81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso concluído por ROGER BELLO PARADA, no "Colégio Nacional Flórida", Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 27 03 81.

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 003983 81-GDF
INTERESSADO: SOFIA ERNESTINA VIEIRA VARGAS
ASSUNTO: — Pela declaração de equivalência do curso realizado por SOFIA ERNESTINA VIEIRA VARGAS no Colégio Particular Menino Jesus, em Camiri — Bolívia ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 38 81-CEDF, de 25 03 81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do Curso realizado por SOFIA ERNESTINA VIEIRA VARGAS, no Colégio Particular Menino Jesus em Camiri Santa Cruz de La Sierra — Bolívia ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 27 03 81.

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

PROCESSO Nº: 004342 81-GDF
INTERESSADO: JUAN JOSÉ ORTIZ ROJAS
ASSUNTO: Pela declaração de equivalência do curso realizado por JUAN JOSÉ ORTIZ ROJAS, no Colégio La Salle em Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

HOMOLOGO o Parecer nº 41 81-CEDF, de 25 03 81, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma, data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso realizado por JUAN JOSÉ ORTIZ ROJAS, no Colégio La Salle de Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, ao de 2º grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 27 03 81.

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 476 DE 11 DE MARÇO DE 1981

Fixa o número de autorizações de afastamentos para estudos-exercício de 1981.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 375ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de março de 1981, tendo em vista o que estabelece o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 6.366 de 15 de outubro de 1976 e de acordo com o que consta do Processo nº 371315 81-FEDF,

RESOLVE:

1. Estabelecer, para o exercício de 1981, o limite de 15 (quinze) novas autorizações de afastamentos para estudos no primeiro semestre e 5 (cinco) no segundo semestre, nos termos definidos pela Resolução nº 427 de 17 de dezembro de 1980.

2. Deliberar que o número de afastamentos para estudos não preenchidos no primeiro semestre seja somado, em processo cumulativo, ao quantitativo previsto para o segundo semestre.

3. Determinar a vigencia deste ato a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 11 de março de 1981

EURIDES BRITO DA SILVA
Presidente

CONSELHEIROS:

CRISÓSTOMO GUANAES DOURADO
ALITA VIEIRA
OSWALDO ZANELLO
EDIRUALD DE MELLO

RESOLUÇÃO Nº 477 DE 11 DE MARÇO DE 1981

Aprova afastamento de servidor, para fins de estudo.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 375ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de março de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 371059 81-FEDF,

RESOLVE:

1. Aprovar o afastamento de VANILTON SENATORE, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", matrícula nº 94.872, contratado da Fundação Educacional do Distrito Federal, sem prejuízo do seu salário, para que possa frequentar o 4º Curso de Estudos para o Aperfeiçoamento de Treinadores e Chefes de Treinamento Estrangeiro, a ser realizado na República Federal da Alemanha, na cidade de MAINZ, no período de 03 de abril de 1981 a 31 de julho de 1982, comprometendo-se o mesmo a prestar os seus serviços a esta Fundação, pelo período mínimo de 02 (dois) anos, a contar do término do curso.

1.1 - O não cumprimento da prestação dos serviços acima mencionados, implicará nas sanções previstas no artigo 9º, do Decreto "N" nº 542, de 17 de novembro de 1966.

Brasília-DF, 11 de março de 1981

EURIDES BRITO DA SILVA
Presidente

CONSELHEIROS:

EDIRUALD DE MELLO
ALITA VIEIRA
CRISÓSTOMO GUANAES DOURADO
OSWALDO ZANELLO

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

DECISÃO Nº 331 DE 24/03/81

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 679ª Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 14 do Estatuto da Entidade, tendo em vista o que consta do Processo nº 411.161 81-FHDF,

DECIDE:

Aprovar o Inventário de Bens em Estoque da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referente ao exercício de 1980.

Brasília, 24 de março de 1981.

JOFRAN FREJAT
HURANDIR MESQUITA MOTTA
FRANCISCO PINHEIRO ROCHA
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES
RÔMULO SULZ GONSALVES
VITOR GOMES PINTO

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO

RESOLUÇÃO Nº 024/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de ELPÍDIO RIBEIRO GONÇALVES - Processo nº 199.704 81".

Brasília, 16 de fevereiro de 1981
Presidente
DAVID LUIZ BOIANOVSKY

Conselheiros:

RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS
EDUARDO JOBIM
ALCEU SANCHES
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE

RESOLUÇÃO Nº 025/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de ISIDORIO PEREIRA NETO - Processo nº 199.673 81".

Brasília, 16 de fevereiro de 1981
Presidente
DAVID LUIZ BOIANOVSKY

Conselheiros:

RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS
EDUARDO JOBIM
ALCEU SANCHES
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE

RESOLUÇÃO Nº 027/81-CA

Dispõe sobre o número de Reuniões a serem realizadas por este Conselho.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, no uso das atribuições que lhe confere o item III, da CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA, do Título III, dos Estatutos Sociais da Empresa.

RESOLVE:

"1 - O caput do art. 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração, aprovado pela Resolução nº 02 74-CA., de 11 de fevereiro de 1974, passa a ter a seguinte redação:

"O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, 04 (quatro) vezes por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente".

2 - Esta Resolução, passará a vigorar a partir de 01 de março de 1981".

Brasília, 17 de fevereiro de 1981
Presidente
DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Conselheiros:
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
ROBERTO PIRES BARBOSA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

RESOLUÇÃO Nº 028/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de MOACIR MELO PEREIRA - Processo nº 199.850 81".

Brasília, 26 de fevereiro de 1981
Conselheiros:
EDUARDO JOBIM
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
ROBERTO PIRES BARBOSA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

RESOLUÇÃO Nº 029/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de MARIA APARECIDA TOBIAS - Processo nº 199.851 81".

Brasília, 26 de fevereiro de 1981

Conselheiros:
ROBERTO PIRES BARBOSA
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
EDUARDO JOBIM
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

RESOLUÇÃO Nº 030/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de OCIONIRO FELIX DA SILVA - Processo nº 199.903/81".

Brasília, 26 de fevereiro de 1981

Conselheiros:

RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
RÔMULO MARTINS LAGE
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULISSES VIANA
EDUARDO JOBIM
ROBERTO PIRES BARBOSA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

RESOLUÇÃO Nº 032/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de ANÍZIO ALVES DA SILVA - Processo nº 199.855/81".

Brasília, 26 de fevereiro de 1981

Conselheiros:

RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
EDUARDO JOBIM
ROBERTO PIRES BARBOSA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

RESOLUÇÃO Nº 035/81-CA

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações de ANTONIO ALVES FERREIRA - Processo nº 199.952/81 e LUIZ CARLOS LOURENÇO FERNANDES - Processo nº 199.967/81".

Brasília, 09 de março de 1981

Conselheiros:

ROBERTO PIRES BARBOSA
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS
ALCEU SANCHES
EDUARDO JOBIM
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE

RESOLUÇÃO Nº 036/81-CA

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações de SILVIA HELENA SANTOS DAMASCENO e WELINGTON LUIZ FERNANDES - Processo nº 200.010/81".

Brasília, 09 de março de 1981

Conselheiros:

RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
ROBERTO PIRES BARBOSA
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
ALCEU SANCHES
EDUARDO JOBIM
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

RESOLUÇÃO Nº 037/81-CA

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de JOANITA LUIZ DE PINHO - Processo nº 195.373/80".

Brasília, 09 de março de 1981

Conselheiros:

ALCEU SANCHES
ROBERTO PIRES BARBOSA
RÔMULO MARTINS LAGE
HUGO GUIMARÃES COSTA
GERALDO ULYSSES VIANA
EDUARDO JOBIM
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHERLS

RESOLUÇÃO Nº 038/81-CA

Dispõe sobre modificação na Tabela de Empregos em Comissão da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"Por unanimidade, determinar o retorno da matéria à Diretoria da Empresa, para revogação da Resolução nº 028/80, de 27.02.80, após arquivar o referido processo".

Brasília, 09 de março de 1981

Conselheiros:

HUGO GUIMARÃES COSTA
ROBERTO PIRES BARBOSA
RÔMULO MARTINS LAGE
GERALDO ULYSSES VIANA
ALCEU SANCHES
EDUARDO JOBIM
RENAN DE OLIVEIRA DUARTE
JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, TIDE ALVES SANT'ANA, Agente Administrativo, matrícula 07.727-5, Código SA-401.A, Ref. NM-20, Quadro de Pessoal do DF, para substituir GERSON FILIÚ, Chefe da Seção de Expediente do D.L.F.O. matrícula 15.111-4, Código DAI-111.1, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 12.04 a 11.05.81.

Brasília-DF, 25 de março de 1981

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário

PORTARIA DE 31 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, NAJARI JOSÉ COSTA, Agente de Serviço de Engenharia, matrícula 16.948-X, Código NM-808.D, Ref. NM-29, Quadro de Pessoal do DF, para substituir BRAZ INOCÊNCIO DE BARROS, Encarregado de Fiscalização da S. de Fiscalização IV, matrícula 16.946-3, Código DAI.111.1, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 01 a 30 04 81.

Brasília-DF., 31 de março de 1981

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário

INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – S.V.O.
ASSUNTO: Gratificação pela prestação de serviços extraordinários, no período de abril, maio e junho de 1981.

DESPACHO:

AUTORIZO, nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977, pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários, aos funcionários relacionados no quadro em anexo.

Brasília, 31 de março de 1981

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário

QUADRO A QUE SE REFERE O DESPACHO DE 31 DE Março DE 1 281 - RELATIVO A GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRÍCULA	N O M E S	FUNÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	VALOR DA HORA EXTRA	Nº DE HORAS EXTRAS PRESTADAS MENSAL	T O T A L
01.369-2	Gustavo Leandro de Jesus	NM-808.D	25.452,00	132,56	30	3.976,00
09.918-8	Antonio Lopes dos Santos	SA.401.C	29.478,00	153,90	30	4.605,90
14.009-0	Francisco Soares Menezes	Aux.de Medição	5.788,00	30,15	60	1.809,00
15.409-0	Pedro Correia dos Anjos	TP-601.S	18.167,00	94,61	60	5.676,00
15.745-7	Antonio Rodrigues de Oliveira	TP-601.A	14.412,00	75,06	60	4.503,60
15.797-X	SEverino Leite da Silva	TP-601.B	15.574,00	81,11	60	4.866,60
15.954-9	Manoel Emidio da Costa	TP-601.S	18.167,00	94,61	60	5.676,00
15.902-6	Windson Cardoso Gontijo	TP-601.S	18.167,00	94,61	30	2.838,30
15.903-4	Eduílson Ferreira Chagas	TP-601.S	18.167,00	94,61	30	2.838,30
17.151-4	Elias Alves da Paixão	Servente	5.788,80	30,15	60	1.809,00
17.430-0	Manoel Ananias Costa	Trabalhador	5.788,80	30,15	60	1.809,00
17.461-0	Mariano Alves de Assunção	Trabalhador	5.788,80	30,15	60	1.809,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 018/81 – SSP, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o disposto no artigo 7º do Capítulo II das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 5.748, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

I – Ficam destacados, na forma dos quadros anexos, às Divisões de Cadastro Financeiro-CSP e Programação e Controle-CSM, da Secretaria de Administração, os valores relativos aos elementos de despesas a serem empenhados no 2º trimestre de 1981, por esses órgãos.

II – Fica a Seção de Orçamento e Finanças desta Secretaria autorizada a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesas constantes do quadro anexo, no decorrer do referido trimestre.

Brasília-DF, 31 de março de 1981

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 018 / 81 - SSP, DE 31 DE MARÇO DE 1981.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO-CSP-SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	F.R.	V A L O R	T O T A L
SSP-2.051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
Pessoal e Encargos Sociais	00	38.860.000,00	38.860.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 018/81 - SSP, DE 31 DE MARÇO DE 1981

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE-CSM-SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	F.R.	V A L O R	T O T A L
SSP-2.051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
3.1.2.0 - Material de Consumo	00	500.000,00	500.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 018 /81 - SSP, DE 31 DE MARÇO DE 1981.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG-SSP

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	F.R.	V A L O R	T O T A L
SSP-2.051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	00	3.000.000,00	
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada	00	10.696.602,00	
4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada	00	7.894.447,00	21.591.049,00
SSP-2.052 - CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO P.PILOTO E SETORES			
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	09	56.175.951,00	56.175.951,00
SSP-2.105 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA E TRATAMENTO SANITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL			
4.1.1.0 - Obras e Instalações	00	4.100.000,00	4.100.000,00
SSP-2.090 - MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA			
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	00	1.000.000,00	1.000.000,00
SSP-1.113 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS E TERMINAIS PARA PASSAGEIROS			
4.1.1.0 - Obras e Instalações	11	52.500.000,00	52.500.000,00
SSP-2.098 - CONSERVAÇÃO DOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS			
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	01	1.000.000,00	1.000.000,00

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº: 313.640 80
INTERESSADO: COMERCIAL ELMO – ALVES & ALMEIDA LTDA
ASSUNTO: Solicita prorrogação de prazo p entrega de material

DE ACORDO:

Tendo em vista o parecer do Senhor Diretor da DAG e o que consta do presente processo, PRORROGO o prazo para a prestação do serviço de que trata a Nota de Empenho nº 646 80, por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do dia 28.01.81.

À DAG, para fins de publicação e demais providências.

Brasília, 23 de março de 1981.

ALTAIR GARCIA VIEIRA
Superintendente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 129, DE 23 MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 2.934 de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 006 81-SCDP SEP,

RESOLVE:

Conceder à EMPRESA DE CINEMAS SÃO PAULO MINAS LTDA., proprietária do "CINE ALVORADA", localizado à Quadra 08, Área Especial para Cinemas, Ed. Cine Alvorada, Sobradinho-DF, REGISTRO para funcionar com EXIBIÇÕES DE FILMES CINEMATOGRÁFICOS, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1982

Brasília-DF, 23 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$ 814,00)

PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 2.266, de 31 de maio de 1973, e tendo em vista o que consta do Expediente nº 061 81-CPE,

RESOLVE:

Conceder à firma J. R. MATOS, proprietária do HOTEL LIDER, estabelecida na 3ª Avenida Comércio, lote 400, Núcleo Bandeirante, REGISTRO para funcionar com hotel no presente exercício, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

O PRESENTE REGISTRO É VÁLIDO SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1981

Distrito Federal, 23 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$ 814,00)

PORTARIA Nº 133, DE 23 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII, do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 089 81-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER à firma OSVALDO ALVES DE ARAÚJO, estabelecida à SDS, Bl "N", Ed. Acropol, Loja 12, Brasília-DF, REGISTRO para funcionar com BOATE, naquele local, até às 04:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias-portas, com o fim de criar dependências isoladas ou reservadas, salvo as que se prestem a fins decorativos ou separação de áreas de serviço e nem cômodos em seu interior ou comunicação direta com os que existirem em seu exterior.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1982

Brasília-DF, 23 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$ 814,00)

PORTARIA Nº 140, DE 23 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII, do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 096/81-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER à firma FRANCISCA DAS CHAGAS MORAIS DE OLIVEIRA, estabelecida à QNM 24, Conj. "C", Lote 46, Ceilândia-DF, REGISTRO para funcionar com SINUCA MIRIM, naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1982

Brasília-DF, 23 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$ 814,00)

PORTARIA Nº 141, DE 23 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII, do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 097 81-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER à firma CELVA MARIA PINHEIRO, estabelecida à QNM 26, Conj. "E", Lote 03, Ceilândia-DF, REGISTRO para funcionar com SINUCA MIRIM, naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1982

Brasília-DF, 23 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$ 814,00)

PORTARIA Nº 142, DE 23 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII, do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 099 81-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER à firma MARIA DA SILVA BARBOSA, estabelecida à QNM 04, Conj. "J", Lote 03, Ceilândia-DF, REGISTRO para funcionar com SINUCA MIRIM, naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1982

Brasília-DF, 23 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$ 814,00)

PORTARIA DE 31 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR LÁZARO DORVAL SILVA, Agente de Polícia, matrícula 20.051 4, Código PC-205.S, Ref. NM32, de Chefe da Seção de Acidentes de Veículos, Código DAI-111.3, da 4ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal.

Brasília, 31 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

PORTARIA DE 31 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR AUGUSTO SEVERINO DA SILVA, Agente de Polícia, matrícula 20.365 3, Código PC-205.S, Referência NM-31, Chefe do Serviço de Carceragem, Código: DAI-111.3, da Coordenação de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal.

Brasília, 31 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

PORTARIA DE 31 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852 79, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

Designar o Capitão PM CARLOS ALBERTO DA SILVA BARBIERI, da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer o Cargo de Ajudante de Ordens do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 31 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

PORTARIA DE 31 DE MARÇO DE 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR FRANCISCO PEDRO DE ARAÚJO, Agente de Polícia, matrícula 06.355 7, Código PC-205.B, Referência NM-29, Chefe do Serviço de Carceragem, Código: DAI-111.3, da Coordenação de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal.

Brasília, 31 de março de 1981

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 273, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1981

O DIRETOR-GERAL DO DETRAN-DF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, alínea XXVI, do Decreto nº 3.535, de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º e item VII do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979. MARIA ELIZABETH DA SILVA FELIPE, Agente Administrativo, matrícula 00.166-X Código LT-SA-401. Classe "B" Ref. NM-23 da Tabela de Pessoal do DETRAN, para substituir JONAS TORRACA, Supervisor de Material Didático, matrícula 00.038-8 Símbolo EC-03 por motivo de viagem a serviço no período de 09 03 81 a 10 04 81.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 384, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN DF), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DISPENSAR, dos Empregos em Comissão que exercem neste Departamento, os servidores da relação nominal anexa.

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor Geral

ANEXO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 384 DE 31 DE MARÇO DE 1981.

NOME	MAT	CARGO OU EMPREGO	CÓDIGO	REF	EMPREGO EM COMISSÃO
FERNANDO CÉSAR NEVES	00.303-4	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-20	Assistente do Diretor
STELA MARIS GUIMARÃES LIMA	00.041-8	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-17	Secretário-Datilógrafo
DIRAN CARVALHO PORTES	00.129-5	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-17	Assistente da Gerência de Engenharia de Trânsito
JOEL RODRIGUES	00.104-X	Arquiteto	LT-NS-711.A	NS-5	Supervisor de Pesquisa e Projeto
IENES ELOI RODRIGUES	00.105-8	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-27	Assistente da Gerência de Educação de Trânsito
LUIS RIOGI MIURA	00.012-4	Psicólogo	LT-NS-703.B	NS-12	Supervisor de Registro e Controle de Auto-Escola
JONAS TORRACA	00.038-8	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-29	Supervisor de Material Didático
PRISCILA S.C.C. COSTRANDRADE	00.194-5	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-29	Supervisora de Licenciamento de Veículos
WAGNER RIOS FILHO	00.274-7	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-29	Supervisor de Vistoria e Emplacamento de Veículos
NATAL GONÇALVES DOS REIS	00.061-2	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-29	Supervisor de Pessoal
MARIA BETÂNIA DOS S. PAIM	00.237-2	Contador	LT-NS-716.A	NS-5	Supervisora de Contabilidade
OSVALDO PEDRO DE MELO	00.229-1	Agente de Trânsito	LT-NM-823.B	NM-28	Supervisor de Cadastro de Condutores
LOURIVAL ENEAS AMARAL	00.317-4	Agente de Trânsito	LT-NM-823.A	NM-24	Supervisor de Depósito de Veículos Apreendidos

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 385, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR—GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR, OSVALDO PEDRO DE MELO, Agente de Trânsito, matrícula 00.229-1, Código LT-NM-823.B, Referência NM-28, para exercer a função de Supervisor de Cadastro de Condutores, Código LT-DAI-111.3, subordinado a Gerência de Aprendizagem e Habilitação.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 386, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR—GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR LOURIVAL ENEAS AMARAL, Agente de Trânsito, matrícula 00.317-4, Código LT-NM-823.A, Referência NM-24, para exercer a função de Supervisor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Policiamento e Fiscalização de Trânsito.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 387, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR —GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR JONAS TORRACA, Agente Administrativo, matrícula 00.038-8, Código LT-SA-401.C, Referência NM-17, para exercer a função de Supervisor de Material Didático, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Educação de Trânsito.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 388, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR LUIS RIOGI MIURA, Psicólogo, matrícula 00.012-4, Código, LT-NS-703.B, Referência NS-12, para exercer a função de Supervisor de Registro de Controle de Auto-Escola, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Educação de Trânsito.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 389, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR IENES ELÓI RODRIGUES, Agente Administrativo, matrícula 00.105-8, Código LT-SA-401.A, Referência NM-17, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, Gerência de Educação de Trânsito.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 391, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR JOEL RODRIGUES, Arquiteto, matrícula 00.104-X, Código LT-NS-711.A, Referência NS.5, para exercer a função de Supervisor de Pesquisa e Projeto, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Engenharia de Trânsito.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 392, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR DIRAN CARVALHO PORTES, Agente Administrativo, matrícula 00.129-5, Código LT-SA-401.A, Referência NM-17, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, Gerência de Engenharia de Trânsito.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 393, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR STELA MARIS GUIMARÃES LIMA, Agente Administrativo, matrícula 00.041-8, Código LT-SA-401.A, Referência NM-17, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, Gabinete do Diretor.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 394, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR FERNANDO CÉSAR NEVES, Agente Administrativo, matrícula 00.303-4, Código LT-SA-401.A, Referência NM-17, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, Gabinete do Diretor.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 396, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR WAGNER RIOS FILHO, Agente Administrativo, matrícula 00.274-7, Código LT-SA-401.C, Referência NM-29, para exercer a função de Supervisor de Vistoria e Emplacamento de Veículos, Gerência de Controle de Veículos.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 397, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR PRISCILA SOUZA CINTRA DE CARVALHO COSTANDRADE, Agente Administrativo, matrícula 00.194-5, Código LT-SA-401.C, Referência NM-29, para exercer a função de Supervisora de Licenciamento de Veículos, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Controle de Veículos.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 398, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR NATAL GONÇALVES DOS REIS, Agente Administrativo, matrícula 00.061-2, Código LT-SA-401.C, Referência NM-29, para exercer a função de Supervisor do Pessoal, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Administração Geral

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 401, DE 31 DE MARÇO DE 1981

O DIRETOR–GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5674, de 16 de dezembro de 1980

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA BETÂNIA DOS SANTOS PAIM, Contador, matrícula 00.237-2, Código LT-NS-716.A Ref NM.5, para exercer a função de Supervisora de Contabilidade, Código LT-DAI-111.3, Gerência de Administração Geral.

Brasília, 31 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

PROCESSO Nº: 350.840 81
INTERESSADO: TELEBRASÍLIA S A
ASSUNTO: Solicita pagamento de fatura no valor de Cr$ 8.142,97.

DESPACHO: De acordo. Reconheço a dívida e autorizo a emissão da NE no valor respectivo.
Publique-se e encaminhe-se à GAGE, para as devidas providências.

Em 16 de março de 1981

PROCESSO Nº: 350.914 81
INTERESSADO: ELDORADO VEÍCULOS LTDA
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p emissão da NE no valor de Cr$ 4.301,90.
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à GAGE, para as providências complementares.

Em 16 de março de 1981

PROCESSO Nº: 350.161 81
INTERESSADO: EMBRATEL
ASSUNTO: Solicita pagamento nº XN-80146551 12, no valor de Cr$ 10.942,00
DESPACHO: De acordo. Reconheço a dívida e autorizo a emissão da NE no valor supra.
Publique-se e encaminhe-se à GAGE, para as providências.

Em 23 de janeiro de 1981

PROCESSO Nº: 350.861 81
INTERESSADO: BRASAL S A
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p emissão da NE no valor de Cr$ 6.022,80
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à GAGE, para as providências.

Em 12 de março de 1981

ISMAR GONÇALVES DA COSTA
Diretor-Geral

PROCURADORIA GERAL

1ª SUBPROCURADORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/81

PROCESSO Nº	:	002214/81
PARTES	:	CONTRATANTE: DF/SSP CONTRATADO : SELEN-Serviços Técnicos Profissionais Ltda.
OBJETO	:	Prestação de Serviços de Vigilância Armada em 08 (oito) Passagens de nível localizadas no Eixo Rodoviário Sul.
PRAZO	:	A partir da publicação até 31 de dezembro de 1981
VALOR	:	Cr$ 2.434.860,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta cruzeiros).
DOTAÇÃO	:	ATIVIDADE: SSP-2.051 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Públicos. FUNÇÃO: 03 - Administração e Planejamento PROGRAMA: 07 - Administração SUBPROGRAMA: 021 - Administração Geral FONTE DE RECURSO: 00
NOTA DE EMPENHO	:	029/81-SSP
FUNDAMENTO LEGAL	:	Tomada de Preços nº 12/81-CL-SEA
FORO	:	Brasília - DF.
PUBLICAÇÃO	:	Às expensas da Contratada
OBSERVAÇÃO	:	O Presente Empenho Contrato subordina-se às normas do Contrato Padrão nº 10/80, publicado no DODF nº 163, de 27 de agosto de 1980 Suplemento

Brasília, 03 de abril de 1981.

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

(DAR - Cr$ 1.861,50)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 315a. SESSÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 17 dias do mês de março de 1981, às 17:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO e o Procurador Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão, especialmente convocada para serem tratados assuntos de natureza administrativa.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário os seguintes processos:

— PROCESSO Nº 2659/80, em que se contém expediente, às fls. 29 e 30, da Dra. IARA BARBOZA LINDOSO, médica credenciada por esta Corte.- Reexaminando o assunto de que trata o expediente, o Tribunal decidiu manter sua decisão anterior.

— PROCESSO Nº 578/81, ao qual se juntou a Resolução nº 01, de 06 de fevereiro de 1981, que "altera o Anexo I, da Resolução nº 02, de 26 de março de 1980, para incluir um encargo de Ajudante II, no Gabinete da Presidência" — expedida pelo Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, "ad referendum" do Plenário.- O Tribunal referendou o ato do Senhor Presidente em exercício.

— PROCESSO Nº 645/81 - Representação da Diretoria Geral de Administração sugerindo as seguintes designações e conseqüente remanejamento:

I - do atual Chefe da Seção de Conservação e Limpeza, Código TCDF-DAI-111.2, LEONEL CARLOS DA SILVA FIGUEIREDO, Agente de Portaria, classe B, para exercer a função de Chefe da Seção de Portaria, Código TCDF-DAI-111.3;

II - do servidor ONOFRE DE BARROS, Artífice de Marcenaria, Carpintaria e Obras, classe de Mestre, para exercer a função de Chefe da Seção de Conservação e Limpeza;

III - deste último para exercer, em substituição, a função de confiança de Chefe do Serviço de Administração do Edifício, Código TCDF-LT-DAS-101.2, nas faltas e impedimentos eventuais do titular.

Feitas pelo Senhor Presidente as indicações acima, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, o Plenário as aprovou.

A seguir o Senhor Presidente concedeu a palavra, sucessivamente, aos Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO e ROGÉRIO NUNES, para o relato de processos que lhes tinham sido distribuídos.

RELATADO PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 3299/80, com sugestões da Inspetoria-Geral a respeito da elaboração de anteprojeto de nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal.- Decidiu o Tribunal designar o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, e os Drs. RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, Auditor, Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, Procurador, JOMAR MACIEL PIRES, Diretor-Geral de Administração, PEDRO DELFORGE, Inspetor-Geral de Controle Externo e HÉLIO DOYLE, Consultor Jurídico da Presidência, para, sob a presidência do primeiro, constituirem comissão encarregada de apresentar à Corte, no prazo de 60 (sessenta)

dias, anteprojeto de Nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

RELATADO PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 528/81 - Requerimento do servidor EDGARD NORBERTO GALASSI NEVES solicitando se autorize a concessão de assistência médica complementar a sua mãe, Da. WANDA GALASSI NEVES.- O Tribunal, acolhendo o voto do Relator de fls. 6 e 7, decidiu deferir a pretensão do servidor.

RELATADO PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 1746/80 - Representação da Diretoria-Geral de Administração a respeito da Gratificação de Produtividade para o Ministério Público.- Decidiu o Tribunal, tendo em conta as razões expostas na Representação, que o percentual da referida gratificação aos três Procuradores junto a esta Corte deve ser de 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 1981.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATA DA 1885a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 12 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das 1884a. Sessão Ordinária e 314a. Sessão Especial.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

— Ofício do Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, de 9 do corrente, comunicando à Corte que, ao reassumir, naquela data, suas funções no Tribunal, estava interrompendo o gozo de férias — como o fizera no período de 15 a 21 de fevereiro, para participar, por designação da Corte, do Seminário Internacional sobre Técnicas Modernas de Controle Financeiro e Orçamentário, realizado em Macció.

— Ofício da Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, de 11 do corrente, comunicando à Corte que, naquela data, estava reassumindo as funções de seu cargo.

— Telex do Exmo. Senhor Ministro JOSÉ NERI DA SILVEIRA, Presidente do Tribunal Federal de Recursos, transmitindo convite ao Presidente desta Corte de Contas para a Sessão Plenária Especial de homenagem póstuma ao Ministro HERMILLO GALANT, que aquele Tribunal realizará às 14 horas do próximo dia 19.

— Ofício do Exmo. Senhor Ministro RAIMUNDO DE SOUZA MOURA, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, solicitando que seja divulgado, nesta Corte de Contas, o concurso de monografias- PRÊMIO "JUSTIÇA DO TRABALHO", comemorativo do 40º aniversário da instalação da Justiça do Trabalho Brasileira.

— Dois ofícios do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Conselheiro NELSON PEDRINI: um, pelo qual encaminha, em atenção à Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, cópia do Relatório e Parecer elaborados pelo Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS COÊLHO DE ALBUQUERQUE, designado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará para relatar a tese "Um Ministério Público constitucionalizado e independente como fator de fortalecimento dos Tribunais de Contas", por ela apresentada ao XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil; outro, acusando o recebimento do Relatório e Parecer que o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, por designação desta Corte, elaborou sobre a tese "Os Tribunais de Contas e seu Vínculo Político Preferencial", apresentado ao XI Congresso pelo Conselheiro LUIZ ALBERTO FERREIRA BAHIA, membro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 1384/80 - Aposentadoria do servidor ALDECIR RIBEIRO CÔRTES.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2141/80 - Pensão especial concedida à viúva e filhos menores do ex-servidor GERALDO JOSÉ LUCATELLI DÓRIA DE ARAÚJO.- O Tribunal determinou nova diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 2279/80 - Aposentadoria da servidora ANTONIA TAVARES DE LIMA;

PROCESSO Nº 2288/80 - Aposentadoria da servidora EMILIANA SOARES DA ROSA;

PROCESSO Nº 3336/80 - Aposentadoria do servidor LEONARDO CORREA DA SILVA;

PROCESSO Nº 3377/80 - Aposentadoria do servidor HENRIQUE MOURA DA CONCEIÇÃO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2297/80 - Aposentadoria do servidor RAUL AUGUSTO SOARES.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2306/80 - Aposentadoria da servidora MARCIA DE SOUSA ALMEIDA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 322/81 - Nota de empenho nº 013/81-SAP e outras, emitidas pela Secretaria de Agricultura e Produção;

PROCESSO Nº 323/81 - Nota de empenho nº 01/81-SSP e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 3504/79 - Aposentadoria da servidora JOANA AVELAR DE CARVALHO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 925/80 - Aposentadoria do servidor BENJAMIN PEREIRA DOS SANTOS.- Decidiu o Tribunal, acolhendo o parecer da Procuradoria-Geral, considerar legal o ato de aposentadoria, mantida, por

maioria de votos, sua decisão proferida nos processos 370/74 e 26/78, relatados pelo Conselheiro HERACLIO SALLES em sessão ordinária de 20/09/79, segundo a qual esta Corte terá como legais, para efeito de registro, nos casos especificados, os atos de aposentação cujos proventos venham a ser complementados até o nível do salário-mínimo regional, a partir das datas dos respectivos Decretos de inativação.

PROCESSO Nº 1329/80 - Aposentadoria do servidor DOMINGOS DIAS DOS SANTOS.- Decidiu o Tribunal, acolhendo o parecer da Procuradoria-Geral, considerar legal o ato de aposentadoria, mantida, por maioria de votos, sua decisão proferida nos processos 370/74 e 26/78, relatados pelo Conselheiro HERACLIO SALLES em sessão ordinária de 20/09/79.

PROCESSO Nº 1574/80 - Aposentadoria da servidora FRANCINETE SOARES MOURÃO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2290/80 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO CASSIMIRO GOMES;

PROCESSO Nº 2387/80 - Aposentadoria do servidor ALCYR GONÇALVES DE MELO;

PROCESSO Nº 2543/80 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO NETO;

PROCESSO Nº 2544/80 - Aposentadoria da servidora MARIA ALVES DA SILVA BITENCOURT.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2307/80 - Aposentadoria do servidor MANOEL GUILHERME FERREIRA NETO.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3494/80 - Aposentadoria do servidor SALUSTIANO DE OLIVEIRA BARREIROS;

PROCESSO Nº 49/81 - Aposentadoria da servidora OSVALDIVA DY LA FUENTE COSTA.

- O Tribunal determinou diligências, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 284/81 - Nota de empenho nº 333/80-PMDF e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 320/81 - Nota de empenho nº 04/81-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 1096/77 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor GALDINO DE PAULA RABELO. Aos autos se juntou ato de retificação da aposentadoria.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato retificatório.

PROCESSO Nº 3400/77 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — da servidora TERESA PIMENTA PEDROSO; ao processo se juntou requerimento da interessada solicitando a incorporação aos proventos da gratificação de atividade.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2289/80 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO GONÇALO MARANHÃO;

PROCESSO Nº 2292/80 - Aposentadoria do servidor DALVINO XAVIER DA SILVA;

PROCESSO Nº 2300/80 - Aposentadoria do servidor SOLANO ALENCAR LUCENA;

PROCESSO Nº 2536/80 - Aposentadoria da servidora MARIA ANTÔNIA FELIX AGUIAR;

PROCESSO Nº 3005/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ DE OLIVEIRA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 3478/80 - Aposentadoria da servidora MARIA JOSÉ ALVES DAMASCENO.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 294/81 - Nota de empenho nº 526/80 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 312/81 - Nota de empenho nº 05/81-PMDF e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 278/80 — Convênio nº 001/80 celebrado entre o Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, regulando a execução de estudos e projetos de estradas vicinais no DF — com resultados de inspeção realizada no DER, os quais comprovam a regular execução do convênio até a fase inspecionada;

PROCESSO Nº 393/81 - Atas das 204a. e 205a. reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Brasília.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 725/80 - Relatório de inspeção realizada pela Inspetoria-Geral desta Corte na Secretaria de Serviços Sociais.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 805/80 - Aposentadoria da servidora MARIA AUGUSTA DA SILVA COSTA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1997/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Região Administrativa VI - Planaltina, relativa ao exercício de 1979.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) julgar os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade dos seguintes detentores de adiantamentos: DUSTAN CARDOSO DE OLIVEIRA (proc. 212801/79) e NEWTON LUIZ COSTA (procs. 212858 e 212868/79).

PROCESSO Nº 2084/80 - Tomada de contas dos agentes de material do Departamento de Turismo, exercício de 1979;

PROCESSO 2180/80 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Serviços Públicos, exercício de 1979.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Fe-

deral, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 3340/80 - Aposentadoria do servidor SINÉZIO LÁZARO BISPO.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 359/81 - Nota de empenho nº 64/80-RA/VI e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 377/81 - Nota de empenho nº 01/81-PRG e outras, emitidas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 378/81 - Nota de empenho nº 01/81-SVO e outras, emitidas pela Secretaria de Viação e Obras.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO propôs e justificou, com o apoio do Conselheiro JOSÉ WAMBERTO e dos demais membros do Plenário, a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Ministro EDUARDO ELLERY BARREIRA, membro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que também prestou inestimáveis serviços à comunidade cearense no cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Far-se-á comunicação da manifestação da Corte ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e a seu atual Presidente, Conselheiro JOSÉ LUCIANO GOMES BARREIRA, filho do ilustre homem público desaparecido.

A seguir, a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO pediu a palavra para propor a consignação em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Embaixador ESPEDITO RESENDE. Ao justificar sua proposição Sua Excelência recordou a brilhante atuação do Embaixador ESPEDITO RESENDE, um dos maiores expoentes da diplomacia brasileira, em todos os postos que exerceu, bem como suas inigualáveis qualidades pessoais.

Também falaram sobre a vida e a carreira do eminente diplomata desaparecido os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO e JOSÉ PARSIFAL BARROSO.

Ao declarar aprovada a proposta da Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Senhor Presidente associou-se à manifestação dos membros do Plenário, da qual se fará comunicação à família enlutada e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, às 17:30 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

ATA DA 1886a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 17 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1885a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

— Ofício do Exmo. Senhor Presidente da Comissão Organizadora do XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil consultando esta Corte sobre a possibilidade de que o Conselheiro JOSÉ WAMBERTO possa antecipar sua chega a Florianópolis, já que, como Secretário Executivo do Conselho Dirigente do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, muito contribuiria para o bom andamento dos trabalhos preliminares do XI Congresso. O Conselheiro JOSÉ WAMBERTO aquiesceu ao pedido, devendo chegar em Florianópolis no próximo dia 25.

— Ofício do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Conselheiro CARLOS RONALD ALBANEZE, apresentando o Auditor Dr. CLÓVIS MEDEIROS SARETTA e o Assessor Dr. PAULO ESTÊVÃO DA CRUZ E SOUZA, que aqui vêm "para uma coleta de dados e informações que se fizerem necessários" à reestruturação daquele Tribunal. O Senhor Presidente informou o Plenário de que já forneceu aos dois visitantes os meios necessários a sua pesquisa. No citado ofício é dirigido convite aos membros desta Corte para a posse do Conselheiro CARLOS RONALD ALBANEZE na Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, a realizar-se no dia 28 do corrente mês.

— Telex do Exmo. Senhor Desembargador JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal no exercício da Presidência, convidando os membros desta Corte "para a solenidade de posse dos Desembargadores JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO e HELLÁDIO TOLEDO MONTEIRO nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente desta Corte de Justiça, a realizar-se no próximo dia 20, às 15 horas."

— Ofício do Exmo. Senhor Conselheiro JOSÉ DE MELO GOMES, Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, enviando felicitações pela posse dos Conselheiros GERALDO FERRAZ e JOSÉ WAMBERTO nos cargos de Presidente e Vice-Presidente desta Corte, respectivamente.

— Ofício do Deputado NELSON MARCHEZAN agradecendo manifestação de apreço da Corte por sua eleição para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 563/78 - Convênio celebrado a 30/12/77 entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a administração das obras de ampliação e reforma do prédio destinado ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal no Gama. Foram juntados ao processo resultados de inspeção realizada pela Corte na NOVACAP, bem como esclarecimentos daquela Companhia em atendimento a solicitação do Senhor Inspetor-Geral desta Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2082/80, com resultados de inspeções realizadas nas Administrações Regionais de Taguatinga, Gama, Sobradinho e Planaltina pela Inspetoria-Geral desta Corte, as quais tiveram a finalidade de verificar a regular execução de obras de que tratam diversas notas de empenho emitidas por aquelas Administrações Regionais, cujas cópias constam dos autos.- Decidiu o Tribunal: a) considerar correta a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho; b) tomar conhecimento dos resultados das inspeções; c) alertar os Senhores Administradores Regionais de Taguatinga, Gama, Sobradinho e Planaltina para a conveniência da lavratura formal de contratos de execução de obras, para resguardo dos interesses da Administração, vez que qualquer prejuízo decorrente de inadimplência de terceiros será levado à responsabilidade do Administrador; d) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 524/81 - Atas das 675a., 676a. e 677a. reuniões ordinárias da Diretoria da CODEPLAN;

PROCESSO Nº 538/81 - Atas das 289a. a 294a. reuniões do Conselho Fiscal e das 660a. a 669a. reuniões do Conselho de Administração da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.;

PROCESSO Nº 542/81 - Atas das 342a. e 343a. reuniões ordinárias do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília;

PROCESSO Nº 550/81 - Contratos celebrados entre o Banco Regional de Brasília e as firmas Indústrias Villares S/A e CIBRATEL - Telecomunicações e Eletricidade Ltda., objetivando a prestação de serviços de manutenção de elevadores e aparelhos telefônicos, respectivamente.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 551/81 - Contrato celebrado entre o Banco Regional de Brasília e a firma Orsa Maggiore - Instalações Técnicas e Especializadas Ltda., objetivando a prestação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica em aparelhos daquele Banco.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento do pacto; b) fazer ao BRB a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 992/80 - Convênio nº 22/80 celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração das obras a serem realizadas na Estação Rodoviária de Brasília. Foram juntados ao processo documentos enviados pela NOVACAP em atendimento à solicitação constante do Of. GP nº 804/80, desta Corte.- Decidiu o Tribunal: a) em face dos documentos enviados, considerar satisfatoriamente cumprida a diligência; b) determinar ao Senhor Superintendente da AERB que proceda, de imediato, à especificação das obras objeto do mencionado convênio, nos termos do artigo 11, § 2º, letra c, do Decreto nº 5.748, de 30.12.80.

PROCESSO Nº 3464/80 - Decreto nº 5651/80, que abre crédito suplementar a favor do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$2.000.000,00.- O Tribunal tomou conhecimento do Decreto.

PROCESSO Nº 302/81 - Nota de empenho 126/80-RA/III e outras, emitidas pela Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO Nº 304/81 - Notas de empenho de nºs. 40 e 41/80-RA/V, emitidas pela Administração Regional de Sobradinho;

PROCESSO Nº 305/81 - Notas de empenho de nºs. 58 e 59/80-RA/VI, emitidas pela Administração Regional de Planaltina;

PROCESSO Nº 369/81 - Nota de empenho nº 366/80 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 450/81 - Contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma Laurenti-Equipamentos para Processamento de Dados Ltda.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 1427/80 - Aposentadoria do servidor CLEBER MARTINS PEREIRA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1873/80 - Aposentadoria do servidor ANTONIO BERNARDINO DE SÁ.- O Tribunal julgou legal a concessão, determinando se corrija o título de inatividade, consoante o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 2950/80 - Aposentadoria do servidor VALDEMAR RODRIGUES DE SOUZA.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 464/81 - Atas das 671a. a 674a. reuniões da Diretoria da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;

PROCESSO Nº 465/81 - Atas das 23a. e 24a. reuniões do Conselho de Administração da Sociedade de Abastecimento do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 469/81 - Ata da 1292a. reunião ordinária da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 471/81 - Ata da 1293a. reunião ordinária da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 1497/79 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — da servidora ÁUREA HELENA DE LUCA RIBEIRO; aos autos se juntou requerimento da interessada solicitando averbação de tempo de serviço.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a alteração do tempo de serviço, bem como o novo estipêndio.

PROCESSO Nº 2049/79 - Aposentadoria do servidor DINARTE SOLON SÁTIRO.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 3888/79 - Aposentadoria do servidor DELMIRO GONÇALVES DOS SANTOS; aos autos se juntou ato de retificação da aposentadoria.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, retificado pelo de fls. 36.

PROCESSO Nº 208/81, com relatório de inspeção realizada pela Inspetoria-Geral desta Corte na Fundação do Serviço Social, para acompanhamento da abertura da Tomada de Preços nº 004/81-FSSDF, que concluiu pela regularidade do procedimento licitatório;

PROCESSO Nº 358/81 - Contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e o Banco Safra S/A, para recebimento de contas e faturas referentes a tarifas de água e esgotos;

PROCESSO Nº 383/81 - Convênio nº 75/80 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução das obras de construção da Estação de Transferências de Sobradinho/Planaltina.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 613/80 - Aposentadoria do servidor LUIZ DE OLIVEIRA AMORIM.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 283/80 - Convênio nº 006/80 celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do

Brasil, regulando a administração da execução de obras de urbanização no Distrito Federal. Aos autos se juntaram documentos encaminhados pela Secretaria de Viação e Obras e NOVACAP em atendimento a diligências determinadas por esta Corte.- Ao comprovar a regularidade da execução do convênio até a fase verificada, o Tribunal, tomando conhecimento da documentação existente nos autos, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 740/80 - Aposentadoria da servidora ANTONIA WANDA CARVALHO DA TRINDADE.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 3148/80 - Decreto nº 5584/80, que abre crédito suplementar a favor de diversas Unidades Orçamentárias, no valor de Cr$73.300.000,00;

PROCESSO Nº 3457/80 - Decreto nº 5668/80, que abre crédito suplementar a favor da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, no valor de Cr$500.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos

PROCESSO Nº 3265/80 - Nota de empenho nº 1333/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 3267/80 - Nota de empenho nº 57/80-SEF e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 3272/80 - Nota de empenho nº 1183/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Saúde.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 474/81 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, mês de dezembro/80.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrasteação com suas contas anuais.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente propôs, com o apoio dos membros do Plenário, que a Corte se congratulasse com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República por motivo do 2º aniversário de seu governo, transmitindo a Sua Excelência votos de completo êxito na realização das metas que estabeleceu.

A seguir, acolhendo proposição da Presidência, o Tribunal determinou a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da genitora do Conselheiro NELSON SIQUEIRA, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO associou-se à manifestação de solidariedade da Corte, da qual será feita comunicação à família enlutada e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Nada mais havendo a tratar, às 16:50 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando uma reunião especial a realizar-se em seguida, a fim de serem tratados assuntos de natureza administrativa. E, para constar, eu ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATA DA 1887a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 19 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das 1886a. Sessão Ordinária e 315a. Sessão Especial.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário o processo nº 774/81, referente a representação da Diretoria-Geral, na qual se pede autorização para que seja providenciada "junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ou ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) a indicação de candidatos aprovados em concurso público, para fins de admissão imediata, pela Corte, nos empregos de Agente de Portaria e de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e de Bibliotecário".- Decidiu o Tribunal conceder a autorização solicitada.

A seguir, deu conhecimento ao Plenário de ofício do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Conselheiro NELSON PEDRINI, encaminhando cópia do Relatório e Parecer elaborados pelo Doutor CARLOS VASCONCELOS DOMINGUES, designado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia para relatar a tese "O Controle da Atividade Pública pelo Poder Legislativo", apresentada ao XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil pelo Procurador Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 210/80 - Aposentadoria do servidor JOÃO EPHIGÊNIO DE FREITAS;

PROCESSO Nº 468/80 - Aposentadoria da servidora SÔNIA CARUZA JORDÃO.

- O Tribunal determinou diligências, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 806/80 - Aposentadoria do servidor JOÃO SANTOS DE ARAÚJO;

PROCESSO Nº 817/80 - Aposentadoria do servidor HERONILDES TAVARES DOS SANTOS.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 327/81 - Nota de empenho nº 02/81-DCFi e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 502/81 - Nota de empenho nº 66/80-ASRIA emitida pela Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 487/80 - Aposentadoria da servidora MARIA CÉLIA PUTTINI CALZA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2375/80 - Aposentadoria do servidor BENEDITO DE LIMA ROSA;

PROCESSO Nº 2528/80 - Aposentadoria da servidora LAURECY DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 2592/80 - Aposentadoria do servidor AILTON JOSÉ DOS SANTOS.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 324/81 - Nota de empenho nº 04/81-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 503/81 - Nota de empenho nº 63/80-RA/IV, emitida pela Região Administrativa de Brazlândia.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 1690/79 - Aposentadoria da servidora JOSEMIRA RIBEIRO ALVES.- Decidiu o Tribunal manter a diligência anteriormente determinada, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral de fls. 33/38, anexo à presente ata.

PROCESSO Nº 2088/79 - Aposentadoria da servidora CRÉLIA APARECIDA DE FREITAS AMARANTE.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2125/80 - Aposentadoria do servidor ELIEL DANTAS DE SÁ.- O Tribunal determinou diligência, de açordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2953/80 - Aposentadoria do servidor ARISTEU MACHADO DE FARIAS.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 249/81 - Nota de empenho nº 534/80-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 504/81 - Nota de empenho nº 195/80-AERB e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 779/75 - Reforma do 2º Sargento PM ARGEMIRO DOS SANTOS.- Tendo em conta que este processo encerra caráter de paradigma, por haver outros em iguais condições, o Tribunal, acolhendo o voto do Relator — anexo à presente ata, bem como os pareceres da Procuradoria-Geral (fls. 160-162) e da Inspetoria-Geral (fls. 123-154) —, decidiu firmar entendimento no sentido de que: a) o militar faz jus a proventos referidos ao soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado, quando a doença que o invalidou para o serviço ativo agravar-se a ponto de torná-lo total e permanentemente inválido para todo e qualquer trabalho, segundo declaração firmada por Junta Médica, em inspe posterior ao ato de reforma; b) a percepção de proventos referidos soldo integral verificar-se-á, sempre, ex-nunc da data do laudo méd declaratório de invalidez absoluta.

PROCESSO Nº 1823/80 - Convênio nº 048/80 celebr entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a administração da ex ção de diversas obras de urbanização no Distrito Federal; aos autos juntaram documentos encaminhados à Corte pela Secretaria de Viação e Ob e NOVACAP, em atendimento a diligência ordenada pela Corte, os quais c provam que é satisfatório, até o momento, o andamento das obras objeto do convênio.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento dos document de fls. 23/42 e volume anexo, bem como dos aditivos de fls. 43 e 44; considerar correta a classificação da despesa relativa à nota de empen nº 614/80-SEF; c) determinar o retorno dos autos à 3a. ISCE, para o f indicado na instrução.

PROCESSO Nº 2370/80 - Aposentadoria do servidor VICENTE RODRIGUES DA SILVA;

PROCESSO Nº 2589/80 - Aposentadoria do servidor PÁLO BUARQUE DE GUSMÃO;

PROCESSO Nº 2709/80 - Aposentadoria do servidor JÚLIO MINEIRO SOBRINHO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2814/80 — Contrato celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a firma CONSTRUPLAN - Construtora e Instaladora Ltda., objetivando a construção de uma sede, duas residências, um posto de revenda, um centro comunitário e uma caixa d'água no Núcleo Rural "Jardim" — com resultado de inspeção realizada pela Corte para verificar a execução, até o momento, das obras objeto do contrato.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 712/81, em que se contém cópia do Plano Geral de Inspeções (GIPLAN), que disciplina as inspeções programadas pela Inspetoria-Geral p/o exercício de 1981.- Decidiu o Tribunal aprovar o Plano e determinar o registro em ata de seu louvor à Inspetoria-Geral pelo esmero com que foi elaborado.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 2019/78 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução de obras de recuperação e adaptação no Edifício Vale do Rio Doce, Sede da Secretaria de Finanças. Aos autos foram juntados documentos enviados pelo Exmo. Senhor Secretário de Finanças em atendimento à solicitação da Corte constante do Of. GP nº 806/80.- O Tribunal, acolhendo as razões expostas na instrução, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 126/80 - Convênio nº 147/79 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, e a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), objetivando o fornecimento de recursos humanos para operação dos equipamentos necessários à prestação de serviços de terraplenagem junto às Administrações Regionais.- Acolhendo as razões expostas na informação da Inspetoria-Geral de fls. 15/17, o Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 1018/80 - Convênio nº 23/80 celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução dos serviços de urbanização dos Setores de

Embaixadas Norte e Sul. Aos autos se juntou termo de aditamento ao convênio, bem como resultados de inspeções realizadas pela Corte na SVO e na SEG.- O Tribunal decidiu: a) tomar conhecimento do pacto e do termo de aditamento de fls. 4; b) considerar correta a classificação das despesas constantes das notas de empenho de nºs. 063 e 048/80-SVO; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2304/80 - Aposentadoria da servidora MÔNICA DE SANTA LUZIA REIS.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 251/81 - Nota de empenho nº 588/80-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 274/81 - Balancete do Banco Regional de Brasília S/A, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 446/81 - Balancete do Banco Regional de Brasília S/A, mês de janeiro/81.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 457/81 - Balancete da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, mês de dezembro/80.- Relevando pequeno atraso verificado na remessa do balancete à Corte, o Tribunal dele tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações da entidade e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 472/81 - Ata da 205a. reunião ordinária da Diretoria Consultiva e da 701a. reunião ordinária do Conselho Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 487/81, contendo expediente do Exmo. Senhor Presidente da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, pelo qual comunica a instauração de tomada de contas especial no Departamento de Revenda de Material Agropecuário daquela Fundação.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 612/81 - Carta nº 137/81-PRE, através da qual a Companhia de Eletricidade de Brasília solicita prorrogação de prazo para envio à Corte do balancete concernente ao mês de janeiro/81.- Decidiu o Tribunal prorrogar até 31.03.81 o prazo para envio do mencionado balancete.

Encerrada a fase de julgamento de processo, o Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO declarou que, por um dever de justiça, desejava consignar seu louvor à Procuradoria-Geral pela contribuição da mais alta valia fornecida ao XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, através das teses apresentadas por seus membros. Destacou a importâncias das teses, uma a uma, salientando que todas visavam ao fortalecimento dos Tribunais de Contas.

Os Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES e o Auditor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA aprovaram com satisfação a iniciativa do Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, expressando seu apreço e sua gratidão ao Ministério Público junto à Corte, e a cada um de seus integrantes.

Após o Senhor Presidente ter-se associado aos pronunciamentos do Plenário, a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO apresentou agradecimentos em nome do Ministério Público, e em seu próprio nome, pela manifestação da Corte.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

PARECER emitido pelo Procurador Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ no processo nº 1690/79, cujo julgamento consta da Ata da 1887a. Sessão Ordinária.

E M E N T A

Desfazimento de ato de aposentadoria voluntária.

1. Injuricidade do decreto que homologa a renúncia à aposentadoria voluntária já legalmente concedida.

2. Eficácia imediata da concessão de aposentadoria:passagem do servidor à inatividade e vacância do cargo.

3. Formas legais de reingresso na atividade do funcionário desligado do Serviço Público.

4. Mesmo em tese, a renúncia ao direito à aposentadoria só seria eficaz antes de formalizada a inativação.

5. Por que se cumpra a diligência ordenada.

P A R E C E R

Na sessão de 11 de setembro de 1979 determinara o Egrégio Plenário, diligência preliminar com o fito de completar-se o decreto de aposentadoria da Professora do Ensino Médio, nível 19, do Q.P.D.F., Josimira Ribeiro Alves, fazendo dele constar menção ao art. 29 da Lei nº 6.366, de 15/10/76 e, bem assim, para efetuar-se a retificação do valor dos proventos iniciais devidos à inativa.

2. Retornam os autos, sem o cumprimento da diligência ordenada, à invocação de novo decreto de S. Ex.ª o Governador, visto por cópia a fls. 28, mediante o qual se homologa o pedido de renúncia à aposentadoria formulado pela interessada. Daí considerar a Coordenação do Sistema de Pessoal do G.D.F. prejudicada a diligência do Tribunal, conforme se lê no despacho de fls. 29.

3. Parece-me, no entanto, que, a rigor, não existe base jurídica para o decreto de fls. 28. O ato de concessão da

aposentadoria, uma vez emitido e publicado, tem eficácia imediata, passando o servidor à inatividade e operando a vacância do cargo.

4. Na forma da Lei nº 1.711/52, o retorno ao serviço ativo de funcionário dele desligado somente poderá dar-se por reintegração resultante de decisão administrativa ou judiciária, ou pela via da reversão, quando se apurem insubsistentes os motivos da aposentadoria.

5. Essa renúncia ao direito à aposentadoria oferecida como causa jurídica da volta da servidora à atividade, além de não contar com expresso respaldo legal, não poderia, por princípio, em qualquer hipótese, produzir efeitos após a correta formalização do ato de aposentadoria voluntária, que, constitutivo por natureza, determina o afastamento do servidor do Serviço Público e a conseqüente e automática vacância do cargo que ocupava.

6. Muito embora escape à competência deste Tribunal o permanente controle de legalidade sobre o reingresso na atividade de funcionário aposentado, não vejo como reputar prejudicada a diligência requerida, porquanto, em verdade, o decreto de fls. 28 se apresenta juridicamente inidôneo à desconstituição da aposentadoria em exame. Faltando-lhe amparo legal, seu efeito é nenhum; a servidora continua aposentada, e seu eventual retorno ao serviço dependeria de estudos, pelos órgãos próprios da Administração do Distrito, quanto à viabilidade jurídica da reversão da inativa por insubsistência do motivo da inativação.

7. Adiante-se que, segundo o entendimento administrativo dominante, a reversão só tem cabimento induvidoso no caso de aposentadoria por invalidez, simples ou qualificada, quando, em inspeção de saúde, se comprove estar de novo o servidor apto ao exercício das funções do cargo que exercia.

8. Protesto, assim, por que o Tribunal mantenha a diligência determinada, dando, ao mesmo tempo, pormenorizado conhecimento à Administração das razões que o impedem de julgar prejudicadas as exigências constantes do expediente de fls. 27.

Brasília, 12 de março de 1981

LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

Procurador

VOTO emitido pelo Conselheiro ROGÉRIO NUNES no processo nº 779/75, cujo julgamento consta da Ata da 1887a. Sessão Ordinária.

Trata-se de alteração de reforma, concedida por força de decisão judicial, com vistas a ajustá-la aos termos de legislação vigente à época do ato concessório, para assegurar ao interessado proventos integrais e auxílio invalidez ou diária de asilado, em virtude de haver sido julgado total e permanentemente inválido para o serviço da Corporação e não ter meios de prover a própria subsistência, por achar-se incapacitado para qualquer trabalho.

2. Não só no presente processo como em outros de que dão notícia os autos, o direito à percepção dessas vantagens pecuniárias, pelo militar que, na situação de inatividade, acometido de doença, moléstia ou enfermidade, venha a ser considerado incapaz para exercer qualquer outra atividade laborativa, em decorrência de agravamento do seu estado mórbido, tem sido reconhecido na esfera judicial.

3. Atenta a esse aspecto, a ilustrada titular da 3ª ISCE, Dra. ELZA DA SILVA GUIMARÃES, cuidou de bem examinar a matéria, cujo relatório recebeu o endosso do Sr. Inspetor-Geral, e na sua incensurável conclusão mostra a necessidade de ser firmado por este Tribunal entendimento acerca do assunto, para deslinde de casos semelhantes, pendentes de solução.

4. O Ministério Público, por um de seus ilustres representantes, no parecer de fls. 156/8, ao opinar no sentido de que esta Corte deveria abster-se de julgar o ato sobre a qual já havia a Justiça se pronunciado, reservou-se para dizer, depois, quanto aos problemas suscitados pela instrução.

5. Em sessão de 09.12.80, o Egrégio Plenário deixou de julgar a legalidade da reforma de que trata o processo, face à respeitável sentença a que não se pode negar eficácia, entendendo, todavia, que a sugestão da 3ª ISCE merecia estudo, no tocante aos efeitos da decisão jurisdicional nos casos dependentes da apreciação desta Corte, e houve por bem recomendar que a esse respeito se manifestasse a douta Procuradoria-Geral.

6. Volta o processo com novo parecer, firmado pelo emérito Procurador, Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA, em que considera defensável a fundamentação jurídica da 3ª ISCE e entende "recomendável adotá-la para solução dos casos sob o império da Lei nº 5.619/70, seja porque está afinada com a jurisprudência, seja porque a dúvida ficou resolvida e superada pela legislação posterior".

7. A nós também convenceu o excelente trabalho da instrução. Reputamos procedente a exegese empreendida pela signatária do relatório de fls. 123 usque 153.

Em face do exposto, dado que este processo encerra caráter de paradigma, por haver outros em iguais condições, acolhemos a proposta da instrução e da douta Procuradoria-Geral e votamos por que seja estabelecido:

a) o militar faz jus a proventos referidos ao soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado, quando a doença que o invalidou para o serviço ativo agravar-se a ponto de torná-lo total e permanentemente inválido para todo e qualquer trabalho, segundo declaração firmada por Junta Médica, em inspeção posterior ao ato de reforma;

b) a percepção de proventos referidos ao soldo integral verificar-se-á, sempre, ex-nunc da data do laudo médico declaratório de invalidez absoluta.

Brasília, 17 de março de 1981.

Rogério Nunes

Conselheiro Relator

PARECER emitido pelo Procurador Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA no processo nº 779/75, cujo julgamento consta da Ata da 1887a. Sessão Ordinária.

E M E N T A

Militar. Revisão de proventos. L.5.619/70, art. 104, parágrafo único.

Dispensável a relação de causa e efeito entre a moléstia incapacitante e o antigo exercício da função, de acordo com a eqüidade, os precedentes judiciais e a legislação superveniente.

P A R E C E R

Retornou este processo à Procuradoria, a fim de que o órgão se manifeste acerca dos problemas jurídicos suscitados em conjunto no parecer da Inspetoria-Geral (f.123/154).

2. Bem examinado o referido parecer, verifica-se que o tema central abordado diz com a interpretação do parágrafo único do art. 104 da Lei n. 5.619/70, que parece exigir a relação de causa e efeito entre a moléstia incapacitante e o antigo exercício das funções para assegurar ao policial militar inativo revisão de proventos.

3. Eis o teor integral da referida norma, que teve vigência por apenas três anos, isto é, até o advento da Lei n. 6.023/74.

> Art. 104. O policial militar incapacitado terá seus proventos referidos ao soldo integral, do posto ou graduação em que foi reformado na forma da legislação em vigor, e as gratificações incorporáveis a que fizer jus, quando reformado pelos seguintes motivos:
>
> 1) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas situações ou que nelas tenha sua causa eficiente;
>
> 2) acidente em serviço;
>
> 3) doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com o serviço;
>
> 4) por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o policial militar total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.
>
> Parágrafo único. Não se aplicam as disposições do presente artigo ao policial militar que, já na situação de inatividade adquira uma das doenças referidas no item 4, a não ser que fique comprovada, por Junta Médica da Polícia Militar do Distrito Federal, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo.

4. Buscando uma solução de eqüidade e invocando diversos precedentes judiciais específicos, sugeriu a Inspetoria, depois de ampla análise da matéria:

> " a) o militar faz jus a proventos referidos ao soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado, quando a doença que o invalidou para o serviço ativo agravar-se a ponto de torná-lo total e permanentemente inválido para todo e qualquer trabalho, segundo declaração firmada por Junta Médica, em inspeção de saúde posterior ao ato de reforma;
>
> b) a percepção de proventos referidos ao soldo integral verificar-se-á, sempre, ex nunc da data do laudo médico declaratório da invalidez absoluta."(f.153).

5. A meu ver, a fundamentação jurídica em que se apóia o parecer em apreço é defensável, sendo recomendável adotá-la para a solução dos casos sob o império da L.5.619/70, seja porque está afinada com a jurisprudência, seja porque a dúvida ficou resolvida e superada pela legislação posterior.

Brasília, 11 de fevereiro de 1981
José Guilherme Villela
Procurador

PARECER emitido pela titular da 3a. Inspetoria Seccional de Controle Externo, Dra. ELZA DA SILVA GUIMARÃES, no processo nº 779/75, cujo julgamento consta da Ata da 1887a. Sessão Ordinária.

Senhor Inspetor-Geral:

I - RELATÓRIO

Mediante ofício datado de 10 de agosto de 1971, o Senhor Coronel Comandante-Geral da Polícia Militar encaminhou ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal o processo de reforma do 2º Sargento PM Músico ARGEMIRO DOS SANTOS.

2. Submetido a Junta Médica em 16 de outubro de 1970, o policial apresentava o seguinte quadro clínico (fls. 7):

> "Diagnóstico: 250. Diabetes Melitus. Classificação Internacional das doenças (8a. revisão).
>
> Parecer: Incapaz definitivamente para o serviço policial militar, podendo prover os meios de subsistência, por ser portador de moléstia incurável, conforme parecer do especialista na conferência médica realizada em 8.10.70."

3. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal manifestou-se sobre a reforma nos seguintes termos (fls. 28/30):

> .....
>
> "À vista do resultado do exame, constante do laudo acima mencionado, deve ser concedida a reforma solicitada, ex-officio, em virtude de incapacidade definitiva para o serviço da Corporação, por moléstia sem relação de causa e efeito com o serviço (os grifos são do original), nos termos dos artigos 147, II, 149, I e 150, II, do Decreto Federal 41.095, de 07 de março de 1957, aplicável à PMDF por força do Decreto "N" nº 515, de 11 de julho de 1966.
>
> O cálculo do provento da inatividade, muito embora já esteja em vigor a Lei 5.619, de 03 de novembro de 1970, que "dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal", deverá ser feito na conformidade da Lei 4.328/64, vigente ao tempo em que o militar em questão reuniu os requisitos necessários à reforma - (Súmula 359, do Supremo Tribunal Federal).
>
> Assim, por força do Decreto-Lei nº 792, de 28.08.69, aplicam-se na espécie, as disposições da Lei 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares). Na forma do art. 135 da citada Lei, o militar na inatividade remunerada fará jus: a) ao provento da inatividade; b) à diária de asilado. No caso em exame, não há que falar em diária de asilado, devida na forma do artigo 148 da mesma Lei, àqueles total e permanente inválidos para todo e qualquer trabalho" (sic).

4. Por Decreto datado de 29 de setembro de 1971, o policial militar foi reformado "nos termos dos artigos 147, II,

149, I, e 150, II, do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto nº 41.095, de 07 de março de 1957, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, de acordo com os artigos 137, a e b, e 139, da Lei 4.328, de 30 de abril de 1964, ex vi do Decreto-Lei nº 792, de 27 de agosto de 1969, sem direito à diária de asilado" (fls. 33).

5. Transcorridos 4 (quatro) anos da data do primeiro laudo médico, a seu pedido, ARGEMIRO DOS SANTOS foi submetido a novo exame, cujo resultado se vê à fl. 50, verbis:

> "Diagnóstico: 250 + 441. 9 + 379 - Diabetes Mellitus + Aneurisma da aorta + cegueira.
>
> Parecer: Incapaz definitivamente para o serviço policial militar. A moléstia é incurável e não foi adquirida em ato nem em consequência de ato de serviço. Está total e permanentemente incapacitado para todo e qualquer trabalho. Não pode prover os meios de subsistência. Necessita de cuidados médicos e assistência permanente de enfermagem.
>
> Observações: A moléstia atual tem relação de causa e efeito com a que o incapacitou".

6. Sugestão do Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar, no sentido de que fosse retificada a fundamentação legal da reforma em apreço (fls. 52/55), não mereceu acolhida da Procuradoria do GDF, porque "a partir do advento do Decreto Lei 728/69 são indevidas quaisquer alterações de proventos, quando a causa da incapacidade ou o motivo da alteração pretendida não guardar relação de causa e efeito com o serviço "(fls. 60).

7. Indeferido o pedido do policial, em 21 de março de 1975, pelo Senhor Governador do Distrito, em julho do mesmo ano moveu ele ação contra o Distrito Federal. A causa petendi, análoga à apresentada na área administrativa, foi a não concessão do soldo integral e do auxílio-invalidez. Pediu, também fosse seu soldo calculado na base de um grau hierárquico superior ao que possuía na atividade, de acordo com a Lei 6.023, de 03 de janeiro de 1974.

8. A ação sumaríssima impetrada pelo militar recebeu, na 1a. Vara de Fazenda Pública, o nº 11.891. Em maio de 1977, foi prolatada a respeitável sentença vista por cópia às fls. 70 a 72 deste processo e confirmada, à unanimidade pelo Egrégio Tribunal ad quem, conforme aresto de fls. 76/77.

9. O preclaro Magistrado, Dr. JERÔNIMO BEZERRA DE SOUZA, assim fundamentou sua decisão:

> "Está suficientemente provado nos autos que o autor é ex-integrante da Polícia Militar do DF, reformado de ofício por ter sido julgado definitivamente incapaz para o serviço daquela Corporação, por sofrer de doença incurável, inicialmente podendo prover os meios de subsistência (laudo da 1a. Junta Médica) e posteriormente incapaz de prover os meios de subsistência (laudo da 2a. Junta Médica).
>
> Não há dúvida de que o requerente foi reformado sob o império da Lei 4.328/64, que lhe assegurava não só as chamadas diárias de asilado (art. 148), depois transformadas em auxílio-invalidez (Lei 5.619, de 03 de novembro de 1970), como, também, o direito de se ver reformado com proventos do soldo integral da sua graduação, uma vez incapacitado de prover os meios de subsistência, por ter se tornado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho (artigo 146, letra d).
>
> Note-se que o segundo exame médico feito no autor, exame complementar, que o dá como "total e permanentemente incapacitado para todo e qualquer trabalho", observa que "a moléstia atual tem relação de causa e efeito com a que o incapacitou". Então, na melhor das hipóteses, o primeiro laudo não era definitivo e o réu precipitou-se em, com base nele, reformar o suplicante, prejudicando enormemente, se prevalecer o seu entendimento. Atitude mais adequada seria proceder algum tempo depois do primeiro exame, ao outro, complementar, decisivo ou conclusivo e, só então, reformar o autor. In casu, ao se fazer o segundo exame médico, depois de se aguardar quatro anos, constatou-se que o autor estava gravemente enfermo, além de cego! Houve precipitação do réu e seria sumamente injusto que se prejudicasse o autor".
> .....

10. Quanto ao auxílio-invalidez pleiteado pelo suplicante, S.Exa. o considerou legítimo, citando o Recurso Extraordinário nº 75.876/DF, do Supremo Tribunal Federal, em que o Excelso Pretório "decidiu pelo reconhecimento do direito adquirido às vantagens contidas na legislação em vigor por ocasião da inatividade do militar, voluntária ou de ofício, com invocação da Súmula nº 359, entendendo que, do contrário, haveria ofensa ao direito adquirido, com violação do § 3º do art. 153 da Constituição.

11. Quanto à pretensão do autor, de ter seu soldo calculado de acordo com a Lei 6.023/74, foi indeferida.

12. Em resumo: O Distrito Federal foi condenado "a pagar ao autor a referida diária de asilado ou auxílio-invalidez, bem como o soldo integral de 2º Sargento PM (os grifos não são do original), a partir do seu ato de reforma (29 de setembro de 1971), as diferenças deixadas de receber pelo suplicante, juros, custas adiantadas e honorários de advogado" (fls. 72, in fine).

13. Aos 05 de outubro de 1978, o acórdão retro mencionado "se revestiu do manto inatacável da coisa julgada".

14. Para fins de alteração do Decreto de 29 de setembro de 1971, retornaram os autos, pela terceira vez, à Procuradoria-Geral do Distrito. Entendeu, então, o Procurador, Dr. FRANCISCO DE CASTRO, que os fundamentos legais da reforma seriam o Decreto 41.095/57 e Lei 5.619/70, conforme se vê no Decreto de fls. 99.

15. Remetido o processo a este Tribunal, o servidor Nalhou Oliveira Alencar, que subscreve a informação de fls. 109/111, propôs diligência para fim de "ser corrigido o fundamento legal do ato de fls. 99, para constar os artigos 137, a e b, 140, a e c, 146, d, e 148 da Lei 4.328/64, no lugar dos dispositivos da Lei 5.619/70 e, conseqüentemente, conceder ao inativo gratificação de tempo de serviço correspondente a 07 (sete) qüinquênios a partir de 29.09.71".

II - ENTENDIMENTO DO TCDF SOBRE A MATÉRIA

16. Encontram-se em nosso poder, para instrução conjunta determinada por V.Sa., processos idênticos de reforma e revisão de proventos:

- Processo nº 242/70 - PM OTACÍLIO COMES DOS SANTOS
- Processo nº 753/75 - PM WALTER REIS CARNEIRO
- Processo nº 755/75 - PM ÂNGELO FRANCO DE OLIVEIRA

- Processo nº 793/75 - PM JONATAN JOSÉ DO AMARAL.

17. Em nenhum destes processos, houve decisão final desta Corte. Todavia, os pronunciamentos da nossa douta Procuradoria, bem assim as diligências determinadas pelo Plenário nos levam a crer que, mantida a orientação inicial, será considerada legal a reforma e ilegal a revisão, pelo que nos deteremos com mais vagar no seu exame. Em março de 1978, nossa preclara e brilhante Procuradora-Geral, ao pronunciar-se sobre a reforma do PM OTACÍLIO GOMES DOS SANTOS e a revisão de seus proventos (processo nº 242/70), assim ementou seu parecer:

"1. Os policiais militares incapacitados para o serviço da Corporação, mas não para todo e e qualquer trabalho, são reformados com proventos proporcionais ao tempo de serviço (artigos 147, II, 149, I, e 150, II, do Decreto nº 41.095/57, combinado com os arts. 137, 138, § 2º, 139 e 140, alíneas a e b da Lei nº 4.328/64.

2. A revisão de proventos por agravamento da doença que motivou a inativação, ou a ela superveniente, é regulada pelo art. 104, item 4, Parágrafo Único, da Lei 5.619/70. Cabe apenas nos casos em que a junta médica da Polícia Militar do D.F. ateste que a moléstia incapacita o inativo para todo e qualquer trabalho, impossibilitando-o de prover os meios de subsistência e que tem relação de causa e efeito com o exercício normal de suas funções

3. A melhoria do provento vigora a partir da data do laudo da Junta Médica e é feita com base no soldo integral do posto no qual o policial foi reformado, mais as gratificações incorporáveis a que tivesse direito na forma da legislação que vigia à data da reforma.

4. As quantias recebidas a mais por qualquer servidor em conseqüência de errônea interpretação de lei não são passíveis de restituição (art. 20, § 2º da Lei nº 4.863/65; Parecer 29-X, de 17.06.65 da Consultoria-Geral da República e jurisprudência pacífica do S.T.F).

5. Legalidade do ato de reforma.

6. Necessidade de conversão do julgamento em diligência quanto ao Decreto que modificou o provento inicial".

18. No parecer expendido no prefalado processo, afirmou a douta Procuradora-Geral estarem corretos o ato de reforma e o provento inicial, porém o mesmo não se poderia dizer do Decreto que determinara passassem os proventos a ser constituídos do soldo integral, porquanto os peritos não haviam declarado a relação de causalidade entre a moléstia e o exercício da função policial-militar, como exigido pelo artigo 104, 4º, § único, da Lei 5.619/70.

19. Asseverou, ainda, a ilustre parecerista:

"É oportuno esclarecer, sobretudo para orientação dos peritos médicos, que, no caso do artigo 104, item 4, parágrafo único, da Lei 5.619/70, pouco importa que a moléstia tenha sido adquirida em ato ou em conseqüência de serviço, ou tenha relação de causa e efeito com a que incapacitara o policial. Doença adquirida em ato ou em conseqüência de ato de serviço pressupõe a existência de ação efetiva na qual se tenha envolvido o policial, enquanto que a relação de causalidade entre a doença agravada ou detectada posteriormente se refere ao exercício das atividades normais da função policial, estaticamente encarada. Com esse esclarecimento e à vista dos demais elementos do processo, entendo deva a matéria ser reexaminada pela Junta Médica Superior da P.M.D.F, para o fim de que ateste se a cardiopatia grave de que padece atualmente o inativo, reformado por cardiopatia, tem relação de causa e efeito com as funções que exercia enquanto esteve no serviço ativo".

20. Em 24 de abril do mesmo ano, ao pronunciar-se sobre o processo 753/75 - reforma e revisão de proventos do PM WALTER REIS CARNEIRO - a ilustrada Procuradora-Geral manteve o entendimento retro mencionado e fez juntar aos autos cópia do parecer contido no processo 242/70. Idêntico procedimento foi adotado no processo 755/75 - PM ÂNGELO FRANCO DE OLIVEIRA.

21. No processo nº 793/75 - reforma e revisão de proventos de JONATAN JOSÉ DO AMARAL - o ilustre Procurador, Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, não só fez remissão ao parecer inserto no processo 242/70, como acordou in totum com as suas conclusões.

22. O Tribunal remeteu os autos supra referidos à Polícia Militar do Distrito Federal com o objetivo de subministrar-se prova cabal quanto à relação de causalidade entre as enfermidades diagnosticadas e o exercício das funções dos militares enquanto no serviço ativo, como requerido pelo art. 104, § único, da Lei 5.619/70.

23. A Junta Médica Superior informou, nos quatro casos, "não haver condições de enquadrar o paciente no parágrafo único do item IV do artigo 104, da Lei 5.619, de 03.11.70".

24. Além dos quatro processos retro mencionados, encontram-se nesta Seccional outros oito, que diferem dos primeiros em um único aspecto: tanto a reforma quanto a revisão de provento se deram sob a égide da Lei 5.619/70.

III - ENTENDIMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

25. Além da sentença e do aresto vistos por cópia de fls. 70 usque 80, foram-nos fornecidas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal as decisões de fls. 113/122 que versam sobre hipóteses idênticas, as quais passamos a analisar:

A) PROCESSO Nº 11.650 - 1a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA

AUTOR: IVANILDO DE LACERDA LIMA (FLS. 113/115)

26. O autor, sub-tenente do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, portador de doença incurável e definitivamente incapaz para o serviço da Corporação, foi reformado por Decreto de 03 de julho de 1970, de acordo com a Lei 4.328/64, com proventos proporcionais, mas percebendo a chamada "diária de asilado", cujo pagamento foi suspenso em julho de 1971.

27. Em dezembro de 1974, ou seja, quatro anos e sete meses após sua reforma, submetido a novo exame constatou-se o agravamento de sua doença, bem assim a impossibilidade de prover os meios de subsistência.

28. Pediu IVANILDO DE LACERDA fosse compelida a Administração a restabelecer o pagamento da diária de asilado, já então denominada auxílio-invalidez, bem assim proventos correspondentes ao soldo integral de sua graduação, a partir de dezembro de 1974.

29. A sentença, prolatada em 14 de outubro de 1976, julgou procedente a ação in totum, condenando o Distrito Federal a efetuar os pagamentos acrescidos de juros, as custas processuais e os honorários advocatícios.

30. Deve-se observar que o MM. Juiz reconheceu ao postulante o direito à revisão de proventos a partir da época da constatação de sua invalidez total e permanente.

B) PROCESSO Nº 11.891 - 1a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA

AUTOR: ARGEMIRO DOS SANTOS (FLS. 70/72)

31. O preclaro Magistrado signatário da sentença de fls. 70/72 reconheceu ao autor o direito à retificação de proventos, vez que condenou o Distrito Federal a pagar-lhe soldo integral a partir do ato de reforma (29 de setembro de 1971) e não a partir da data do laudo que o declarara incapaz para todo e qualquer trabalho, em 14 de novembro de 1974 (fls. 50).

32. Deixamos de abordar outros aspectos da decisão, porque a eles já nos referimos no relatório.

C) PROCESSO 1042 - 2a. VARA DE FAZENDA PÚBLICA

AUTORES: GERINO PINTO DA FONSECA
NELSON COTRIM RODRIGUES (FLS. 116/119)

33. Os autores são ex-integrantes dos Quadros do Corpo de Bombeiros, também reformados de acordo com a Lei nº 4.328/64, podendo prover meios de subsistência e percebendo a diária de asilado, cujo pagamento foi suspenso em 24 de dezembro de 1975.

34. O agravamento das doenças, incapacitando-os para todo e qualquer trabalho, levou-os a solicitar o pagamento de proventos correspondentes ao soldo integral da graduação em que foram reformados.

35. Dr. ROMILDO BUENO DE SOUSA, hoje Ministro do Tribunal Federal de Recursos, titular, à época, da 2a. Vara de Fazenda, julgou a ação procedente nos termos requeridos pelos autores, ou seja, pagamento do auxílio-invalidez mais revisão de proventos a partir da data da inspeção de saúde declarativa da incapacidade permanente.

D) PROCESSO 1373/78 - 2a. VARA DE FAZENDA PÚBLICA

AUTOR: CILAIR ROCHA (fls. 120/122)

36. CILAIR ROCHA, policial-militar, submetido a inspeção de saúde em 07.06.73, foi reformado por Decreto datado de 21.02.74, devido a neurose fóbica, depressiva e hipocondríaca mais epilepsia, com proventos proporcionais.

37. O agravamento da doença tornou-o alienado mental, um ano após a reforma.

38. Submetido a inspeção de saúde em 5 de março de 1975, a Junta Médica declarou sua incapacidade absoluta, sua impossibilidade de prover os meios de subsistência e que a moléstia não tinha relação de causa e efeito com o serviço.

39. Pleiteou o inativo fossem seus proventos referidos ao soldo integral do posto em que se dera a reforma, mais o auxílio-invalidez, de acordo com os artigos 104, IV, e 106, da Lei nº 5.619/70.

40. A ação foi julgada procedente, como se vê à fl. 122, in fine, havendo o MM. JUIZ, Dr. ASDRUBAL ZOLA VASQUEZ CRUXÊN, concedido ao postulante retificação de proventos:

> "Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para rever as condições de sua reforma, para que passe a perceber os proventos integrais (Lei nº 5.619/70, art. 104, nº 4), bem como o benefício do auxílio-invalidez (artigo 106 da mesma lei), com efeito ex tunc a partir de 07.06.73, acrescidos de correção monetária e juros de mora sobre as parcelas atrasadas. Custas pelo vencido, com honorários advocatícios de vinte por cento sobre o valor da condenação que for apurada em liquidação, atendendo ao princípio da sucumbência"...(sic).

41. Comparando-se as quatro sentenças, proferidas por três diferentes julgadores, sendo idêntica a matéria julgada, percebe-se que, em dois casos (processos de nºs. 11.891 e 1373/78), foi concedida retificação de proventos, ou seja, S.Exas. entenderam que os inativos faziam jus aos proventos integrais desde a data do primeiro laudo médico; nos outros dois, (processos de nºs. 11.650 e 1.042), revisão de proventos, com efeitos financeiros ex tunc a partir da data do laudo declaratório da invalidez total e permanente.

42. Georges Ripert e Jean Boulanger, in "Tratado de Derecho Civil según el Tratado de Planiol" analisam com clareza e objetividade o por quê de decisões judiciais serem diferentes, ou, ainda, um mesmo juiz poder julgar casos idênticos e decidí-los diferentemente:

> "... la interpretación judicial es libre en princípio; cada tribunal tiene el derecho de adoptar la solución que le parece la más justa y la mejor. No está ligado ni por las decisiones que ha tomado anteriormente en asuntos análogos, ni por las decisiones de otro tribunal, aunque sea superior en grado" (ob. citada, pág. 178).
>
> "La interpretación de la regla jurídica es para el juez el medio de cumplir su misión, que es zanjar el litigio que se le somete. Está elaborada sobre un caso preciso. Eso la vez es su fuerza, porque soporta inmediatamente la prueba de los hechos, y su debilidad, porque está expuesta al riesgo de ser influenciada por consideraciones de oportunidad o de equidad, resultantes de la especie juzgada (idem, pág. 275).

IV - HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA EM CAUSA

43. A transferência da Capital da República para Brasília ensejou o surgimento, na Polícia Militar e também no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de situações jurídicas constituídas sob a égide de legislações diversas, como passamos a demonstrar.

44. O Regulamento-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 41.095, de 07 de março de 1957, que trata da matéria nos artigos 147 a 163, dispunha sobre a reforma ex offício, por incapacidade para o serviço da Corporação, verbis:

> "art. 150. A incapacidade no caso do item I do artigo anterior poderá ser conseqüente a:
>
> I - ferimento ou acidente na manutenção da ordem, em campanha, em ato de serviço ou enfermidade contraída em conseqüência dessas situações;
>
> II - acidentes ou moléstias sem relação de causa e efeito com o serviço;
>
> III - tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave, embora sem relação de causa e efeito com o serviço".
>
> .....

45. Os parágrafos 1º a 5º do artigo definiam as doenças especificadas no item III.

46. Em 30 de abril de 1964, foi editada a Lei 4.328, que instituiu o novo Código de Vencimento dos Militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, aplicável à PMDF e ao CBDF vez que eles são considerados, constitucionalmente, "força auxiliar e reserva do Exército" (Constituição Federal, art. 13,§ 4º).

47. Esta Lei contém sete capítulos sobre a situação do militar na inatividade. Definiu provento (art. 136) e sua

composição (art. 137) e instituiu a diária de asilado (art. 148).

48. A reforma por incapacidade recebeu o seguinte tratamento:

"Art. 146. O militar incapacitado terá como provento o soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado e as gratificações incorporáveis a que fizer jus, calculadas nos seus valores máximos, quando reformado pelos seguintes motivos:

a) ferimento em campanha ou na manutenção da ordem pública ou enfermidade contraída nessas situações ou delas resultantes;

b) acidente em serviço;

c) enfermidade adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com as condições inerentes ao serviço;

d) por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho" (grifamos).

"Art. 147. O militar reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, ressalvados os casos da alínea d do artigo anterior (grifamos), perceberá o provento nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade nas condições estabelecidas no artigo 139".

49. Percebe-se que a Lei, além de especificar e regular mais minudentemente a inatividade militar, discriminou bem as hipóteses de percepção de proventos integrais (art. 146) e proporcionais (art. 147).

50. Em 1965, Lei específica, destinada aos inativos das três armas, foi editada. Trata-se da Lei 4.902, de 16 de dezembro de 1965, que não contém sobre o assunto dispositivos frontalmente contrários aos da Lei 4.328/64, pelo menos naquilo que nos interessa no presente processo.

51. No ano de 1966, o então Prefeito do atual Distrito Federal baixou o Decreto "N" 515, de 11 de julho, determinando fosse aplicado o Regulamento-Geral aprovado pelo Decreto nº 41.905/57, à Polícia Militar, até aprovação de outro Regulamento.

52. Já em 1969, a 6 de agosto, foi baixado o Decreto-Lei nº 728, instituindo outro Código de Vencimentos dos Militares, Indenizações e Proventos. Este Decreto-Lei criou a chamada "indenização de conpensação orgânica" (arts. 64 a 72), substituiu a "diária de asilado" pelo "auxílio-invalidez" (art. 141) e introduziu algumas modificações no tratamento até então dispensado aos incapacitados (arts. 139 e 140) e ab-rogou a Lei 4.328, de 30 de abril de 1964 (art. 198).

53. Ocorreu, então, que aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal não se aplicava o Decreto-Lei nº 728/69 e a Lei 4.328/64 lhes era aplicável, porquanto careciam, ainda, de legislação específica. Ora, ab-rogada a 4.328/64, eles permaneceram em "albis legislativo" até 27 de agosto de 1969, quando o Decreto-Lei 792 revigorou, para a PMDF e o CBDF, a Lei 4.328/64.

54. A Polícia Militar do DF só viria a reger-se por legislação própria em 3 de novembro de 1970, com o advento da Lei 5.619, que dispôs sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos.

55. As disposições sobre reforma por incapacidade praticamente foram extraídas do Decreto-Lei 728/69, e constituem os artigos 104 e 105, verbis:

"Art. 104. O policial militar incapacitado terá seus proventos referidos ao soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado na forma da legislação em vigor, e as gratificações incorporáveis a que fizer jus, quando reformado pelos seguintes motivos:

1) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas situações ou que nelas tenha sua causa eficiente;

2) acidente em serviço;

3) doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com o serviço;

4) por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o policial militar total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

Parágrafo Único. Não se aplicam as disposições do presente artigo ao policial militar que, já na situação de inatividade, adquira uma das doenças referidas no item 4, a não ser que fique comprovada, por Junta Médica da Polícia Militar do Distrito Federal, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo (grifamos).

Art. 105. O policial militar, reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço (grifamos), ressalvados os casos do item 4 do artigo anterior, perceberá os proventos nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade, observadas as condições estabelecidas nos arts. 99 e 103 desta Lei".

.....

56. Da análise dos artigos supra transcritos conclui-se que:

a) o policial militar incapacitado para o serviço receberá soldo integral mais gratificações, quando reformado ex-officio por qualquer dos motivos constantes dos itens 1 a 4 do artigo 104;

b) receberá proventos proporcionais ao tempo de serviço quando reformado por acidente ou moléstia sem relação com a atividade policial militar (art. 105);

c) terá os proventos revistos, quando provada, por Junta Médica, relação de causalidade entre a doença adquirida na inatividade e o serviço ativo (§ único do artigo 104).

57. O artigo 104 da Lei 5.619/64 é fiel reprodução do artigo 139 do Decreto-Lei 728/69.

58. Já a Lei 6.023, de 03 de janeiro de 1974, Estatuto da PMDF em vigor, além de abolir a exigência contida no § único do artigo 104 da Lei 5.619/64, deu tratamento bem mais benevolente aos inativos e, praticamente, reeditou todas as minudentes especificações contidas na Lei 4.902/65 sobre doenças incapacitantes (vide arts. 101 e seguintes), muito embora não haja, explicitamente, tratado da revisão de proventos.

59. Consideramos necessário o retrospecto da legislação em causa, para, em contexto jurídico - histórico adequado, analisarmos o § único do artigo 104 da Lei 5.619/70.

60. Queremos registrar que toda a problemática decorrente do regime jurídico da PMDF e do CBDF constam de brilhantíssimo parecer do Dr. Lincoln Teixeira M. P. da Luz - processo 140/75 - (Revista do TCDF nº 5, pág. 161/174).

V - DA REVISÃO DE PROVENTOS

61. A revisão de proventos dos inativos civis e militares, prevista nos artigos 102, § 1º, e 93, § 8º, da Constitui

ção Federal, objetiva assegurar-lhes reajustes compatíveis com os dos vencimentos dos funcionários ativos, por motivo de alteração de poder aquisitivo da moeda.

62. A Lei 1.711, de 28.10.52 - EFPCU - ~~admite~~ para os funcionários civis, além da revisão determinada na Carta Magna, uma segunda hipótese (art. 182, b): a superveniência de motivo determinante de novas bases financeiras da aposentadoria, ou seja, o acometimento ao inativo de doença qualificada, que enseja a percepção de proventos integrais.

63. O mesmo não ocorre na legislação militar. Como vimos no título anterior, somente o Decreto-Lei 728/69 e a Lei 5.619/70 previram revisão de proventos devida a fatos supervenientes ao ato de reforma.

64. Já a Lei 6.023/74, atual Estatuto da PMDF, não contém dispositivo sobre a matéria.

65. Em se tratando do civil, verificado o estado mórbido (cegueira, neoplasia maligna, cardiopatia grave, etc), quer tenha sido adquirido ao tempo do exercício ou na inatividade, faz jus o servidor à revisão. Não se exige sequer correlação entre a doença atual e a que determinou a aposentadoria. Basta a existência e o caráter grave do mal.

66. Por mais que pesquisemos e façamos indagações sobre os motivos determinantes da distinção de tratamento dispensado pelo legislador aos militares, não conseguimos alcançá-los. Por que um militar, reformado por incapacidade para o serviço ativo, mas não para todo e qualquer serviço, não poderia ser acometido, algum tempo depois, por doença que o impossibilitasse de prover os meios de subsistência ? Ou, em ocorrendo a hipótese, ele se veria desamparado pelo Estado, a quem prestou seus serviços, às vezes por longos anos, e continuaria, mesmo inválido, percebendo proventos proporcionais ? Como encontrar nesta legislação o respeito ao princípio da isonomia, consagrado pelo artigo 153, § 1º, da Constituição, se a situações iguais se dispensa tratamento desigual ?

67. Consideramos sumamente injusta esta situação derivada da legalidade estrita. Por isso, a interpretação da lei há de ser sistemática para que a legalidade não seja restrita. Ao lado do elemento lógico deve o intérprete ter presente o elemento teleológico da norma jurídica, pois esta não constitui fim em si mesma, mas instrumento de convivência social.

68. Reza o artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro: "Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum".

69. Para o jurista belga Vander Eycken, citado por Serpa Lopes, a única explicação verdadeira da norma se assenta no fim social. Condição preliminar da explicação teleológica de Vander é o conhecimento do resultado desejável e do interesse do agente: "em tal caso é preciso fazer tal coisa, para se atingir um tal resultado".

70. Ora, o fim social da aposentadoria e da reforma é assegurar ao inativo condições de vida condigna. Seabra Fagundes, citado por Abreu de Oliveira, conceitua aposentadoria "antes como um dever de assistência social do Estado do que como vantagem pessoal do funcionário". Teleológica ou axiologicamente encaradas, elas não se despem do caráter de assistência devida pelo Estado, dever que se faz mais imperativo quando a invalidez é total.

VI - DA APRECIAÇÃO DA LEGALIDADE DE CONCESSÕES INICIAIS DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

71. A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, cometia ao Tribunal de Contas "o julgamento da legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas e pensões" ...(art. 72, § 8º).

72. Já a Emenda Constitucional nº 7, de 1977, dispôs, verbis:

"Art. 72. .....

§ 7º. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas e pensões, independendo de sua apreciação as melhorias posteriores".

73. Foi substituído o termo julgar por apreciar, bem assim revigorado o instituto do registro, anacrônico face ao atual sistema de controle financeiro e orçamentário, e destituído de qualquer sentido prático, como brilhantemente exposto pelo ilustre Procurador, Dr. Lincoln M. T. P. da Luz, em tese apresentada no IX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

74. Alteração substancial não houve na atividade do Tribunal, mesmo porque esta Corte sempre entendeu que o "julgamento das concessões iniciais se limitava a mera apreciação para fins de controle, sem que houvesse, na hipótese, prestação jurisdicional".

75. O Tribunal verifica, "in casu", a conformidade do ato com a lei; confronta o pressuposto fático com a norma de direito incidente.

76. Se o inativo considerar-se lesado ou atingido em seus direitos, seja pela Administração Pública, que formaliza o processo e decreta a aposentadoria, reforma ou pensão, seja pelo Tribunal de Contas, que aprecia a legalidade do ato, poderá exercer o direito subjetivo de solicitar o pronunciamento do Judiciário. De fato, a Lei Maior assegura que "a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual" (CF, art. 153, § 4º). Daí porque os julgados do Tribunal de Contas, quando atingem direitos individuais, não são imunes à apreciação do Poder Judiciário.

77. Resta indagar se a apreciação judicial poder se-ia verificar somente após a apreciação do ato pelo Tribunal de Contas, face à estrutura político-administrativa do país e à competência do Tribunal para apreciar a legalidade do ato administrativo da aposentadoria, reforma ou pensão. Entendemos negativa a resposta. A partir do instante em que o ato se completa no âmbito administrativo e passa a ferir possíveis direitos, cabe o pronunciamento judicial.

78. É o caso dos presentes autos. A prestação jurisdicional foi concedida ao inativo em 1977 e até a presente data esta Corte não se manifestou, de forma definitiva, sobre a legalidade do ato.

79. Face à anterioridade do pronunciamento judicial e à total divergência entre este e a decisão que esta Corte tende a adotar (considerar legal a reforma e ilegal a revisão), é de se indagar se o Tribunal de Contas deve sujeitar-se à decisão do Poder Judiciário.

80. Entendemos que sim, no presente caso, porque deve esta Corte respeitar, como qualquer outro Tribunal, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (Constituição Federal, art. 153, § 3º e art.6º do Código Civil).

81. A sentença de fls. 70 usque 72, sujeita ao duplo grau de jurisdição, conforme dispõe o artigo 475, II, do Código de Processo Civil, fez res judicata ("a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário" - art. 467, CPC) quanto aos direitos do PM ARGEMIRO DOS SANTOS receber "diárias de asilado", bem como proventos correspondentes ao soldo integral da graduação com que foi reformado.

82. "Certa ou errada, faça do preto branco, do quadrado redondo", para usar a expressão de AFFONSO FRAGA, a coisa julgada é imutável, ou seja, não poderá de nenhum modo ser alterada ou restringida. Tem força de lei, de título oponível a quem quer que seja; deve ser obrigatoriamente acatada e cumprida. Outro requisito da coisa julgada é a sua indiscutibilidade, o que afasta novas indagações e divagações acerca de seu alcance, da justiça ou injustiça de suas conclusões, enfim, de sua forma e de seu fundo" (Fadel, Código de Processo Civil Comentado, 2a. ed., pág. 37).

83. Saliente-se, ainda, o fato de a sentença ter "força de lei nos limites da lide e das questões decididas", ou seja, os fatos e questões já discutidos e decididos pela sentença não podem ser contestados perante o mesmo ou outro juiz. "A prestação jurisdicional final e definitiva, que salve o mérito da controvérsia, parcial ou totalmente, tem força de lei, pode ser coativamente imposta ao vencido ou a eventuais terceiros que obstaculem sua eficácia e autoridade, nos limites da lide e das questões decididas, vale dizer, até onde se pediu e a sentença reconheceu, implícita ou explicitamente, o mérito da causa".

84. Assim sendo, não há que discutir quanto à legalidade ou ilegalidade da revisão de proventos do PM ARGEMIRO DOS SANTOS. O trânsito em julgado da sentença que lhe concedeu proventos integrais e auxílio-invalidez tornou líquido e certo seu direito à percepção de tais vantagens.

85. Este Tribunal considerar ilegal a revisão e determinar ao Executivo a sustação do ato, constituiria ofensa à coisa julgada. Nos demais casos, contudo, esta Corte não está vinculada a nenhuma decisão ou entendimento.

VII - EXEGESE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 104, DA LEI 5.619/70

86. A verdadeira vexata quaestio da matéria de que tratamos é a interpretação do parágrafo único do artigo 104, da Lei 5.619/70, que regula "de maneira tortuosa", no dizer de nossa Procuradora-Geral, a revisão de proventos dos policiais militares do Distrito Federal.

87. Como dito anteriormente, o referido artigo trata da reforma por incapacidade, conferindo ao reformado direito a proventos referidos ao soldo integral mais gratificações, quando a reforma se verifica por um dos motivos enumerados de 1 a 4. Já o parágrafo único permite a revisão de proventos desde que a doença adquirida na inatividade guarde relação de causalidade com o serviço policial militar.

88. Diz o artigo, verbis:

"Art. 104. O policial militar incapacitado terá seus proventos referidos ao soldo integral, do posto ou graduação em que foi reformado na forma da legislação em vigor, e as gratificações incorporáveis a que fizer jus, quando reformado pelos seguintes motivos:

1) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas condições ou que nelas tenha sua causa eficiente;

2) acidente em serviço;

3) doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com o serviço;

4) por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o policial militar ~~total~~ e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

Parágrafo Único: Não se aplicam as disposições do presente artigo ao policial militar que, já na situação de inatividade, adquira uma das doenças referidas no item 4, a não ser que fique comprovada, por Junta Médica da Policia Militar do Distrito Federal, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo".

89. A controvérsia se prende à aquisição (a lei diz adquirir) de moléstia totalmente incapacitante, durante a inatividade, guardando relação de causalidade com o serviço ativo. Tal aquisição seria o mesmo que agravamento ? Melhor dizendo: o militar reformado por diabetes, que, anos mais tarde, se torna cego em decorrência do diabetes adquiriu a cegueira ? Não. Mesmo o leigo em Medicina sabe que a primeira doença pode agravar se a ponto de gerar a segunda. O que existe, no caso, é a preexistência do mal, um estado mórbido latente que pode vir a desenvolver-se ou não, de acordo com o tratamento a que se submete o doente. O diabético é um candidato potencial à cegueira.

90. Poder-se-ia argumentar que estamos fazendo mera interpretação gramatical da lei. Em que pese o solene desprezo que alguns exegetas devotam a tal interpretação, entendemos que "a palavra, quer considerada isoladamente, quer em combinação com outra, para formar a norma jurídica, ostenta rigidez ilusória, exterior. É por sua natureza elástica e dúctil, varia de significação com o transcorrer do tempo e a marcha da civilização. Tem, por isso, a vantagem de traduzir as realidades jurídicas sucessivas. Possui, entretanto, os defeitos de suas qualidades; debaixo do invólucro fixo, inalterado, dissimula pensamentos diversos, infinitamente variegados e sem consistência real. Por fora, o dizer preciso; dentro, uma policromia de idéias"...

91. "A interpretação colima a clareza; porém não existe medida para determinar com precisão matemática o alcance de um texto; não se dispõe sequer de expressões absolutamente precisa e lúcidas, nem de definições infalíveis e completas. Embora clara a linguagem, força é contar com o que se oculta por detrás da letra da lei; deve esta ser encarada como obra humana, com todas as suas deficiências e fraquezas, sem embargo de ser alguma coisa mais do que um alinhamento ocasional de palavras e sinais",

diz o insigne jurista Carlos Maximiliano, in "Hermenêutica e Aplicação do Direito", pag. 25, 1a. edição.

92 O parágrafo único do artigo 104 da Lei 5619/70 aparenta clareza meridiana. Aparenta, apenas. Porque se fizermos uma análise do conteúdo, do sentido e do alcance das normas jurídicas existentes em nosso Direito Positivo sobre aposentadoria e reforma, aquela clareza se transmuda em obscuridade, excrescência e perplexidade.

93. O famoso dogma axiomático - in claris cessat interpretatio - que dominou os pretórios de forma absoluta durante anos, é considerado, hoje, afirmativa sem nenhum valor científico. "Obscuras ou claras, deficientes ou perfeitas, ambíguas ou isentas de controvérsia, todas as frases jurídicas aparecem aos modernos como suscetíveis de interpretação".

94. O esdrúxulo parágrafo único retro transcrito teve vida efêmera, porque anômalo. A Lei 6.023, de 3 de janeiro de 1974, artigo 106, b, assegura proventos calculados com base no soldo integral ao militar incapacitado total e permenentemente para qualquer trabalho, mesmo que a moléstia não guarde relação de causa e efeito com o serviço. Assim, a vigência daquele dispositivo foi de pouco mais de três anos.

95. Em nosso entendimento, o agravamento de uma doença, como bem disse o preclaro magistrado prolator da sentença de fls. 70/72, tendo relação de causa e efeito com a determinadora da incapacidade inicial, não se enquadra na "aquisição" prevista no § único do artigo 104. Não há falar em adquirir moléstia na inatividade. Ela já existe em estado latente, na maioria dos casos. E mesmo que se entenda diferentemente, que se faça interpretação estrita e, portanto restritiva, da lei, nos casos de agravamento da enfermidade, s.m.j., devem ser aplicados os artigos 146, d, da Lei 4.328/64, ou 104, 4, da Lei 5619/70, de acordo com a data do laudo que ateste a definitiva incapacidade. Os efeitos financeiros (proventos integrais) se verificarão, também, a partir da data do segundo laudo médico.

96. Esta interpretação, que cremos deva ser dada pelo Tribunal, se nos afigura não só mais justa e consentânea com o ordenamento jurídico sistemicamente encarado, como também mais equânime, ex alquo et bono.

> "Eqüidade, como conceitua Beviláqua, é expressão subjetiva da idéia de justiça, que atenua a dureza da regra jurídica.
>
> A justiça se faz, via de regra, pela aplicação irrestrita da norma jurídica. Essa aplicação irrestrita, porém, pode conduzir muitas vezes, a um tratamento desigual. A eqüidade intervém, então, como expressão subjetiva da idéia de justiça, para abrandar a dureza da regra jurídica.
>
> A eqüidade não se funda em nenhum elemento objetivo de Direito; mas tira suas razões das várias circunstâncias favoráveis que podem ocorrer em determinados casos, para abrandar os rigores da norma jurídica. Por isso é que se costuma dizer que a eqüidade é a justiça de cada caso particular. Ela não é, pois, propriamente, uma fonte de Direito; mas um recurso excepcional do Direito, legítimo e necessário muitas vezes, para evitar que a aplicação rigorosa da norma jurídica se transforme numa injustiça, e que a frase célebra de CÍCERO dá forma lapidar - summum jus, summa injuria (João Franzen de Lima, in "Curso de Direito Civil Brasileiro, 4a. edição, página 35).

VIII - CONCLUSÃO

97. Nos processos citados, os aspectos merecedores de aclaramento, para deslinde definitivo da matéria e posicionamento uniforme desta Corte nos casos a serem submetidos à sua apreciação, são os seguintes:

a) a situação jurídica do inativo à data do ato inicial de reforma (Lei 4328/64);

b) o agravamento da doença;

c) a revisão de proventos verificada sob vigência de legislação diversa e mais restritiva (Lei 5619/70);

d) reforma e revisão de proventos verificadas sob império da Lei 5619/70.

98. Toda a problemática resulta, ao final, numa questão única: interpretação do parágrafo único do artigo 104, da Lei 5619/70, que, aparentemente, impõe que o reformado não faz jus a proventos referidos ao soldo integral quando, já na inatividade, a doença que o incapacitou para o serviço militar agrava-se a ponto de torná-lo total e permanentemente inválido, não guardando relação de causalidade com o serviço ativo.

99. Não obstante a situação jurídica haja, em alguns casos, se estabelecido sob o império da Lei 4328/64, a revisão de proventos, vexata quaestio em causa, constituiu-se sob a autoridade da Lei 5619/70. Por isso, dissemos que toda a problematicidade se resume na exegese do parágrafo único do artigo 104, da Lei 5619/70.

100. Considerando as razões de fato e de direito expostas e analisadas, sugerimos que esta Corte de Contas firme entendimento no sentido de que:

a) o militar faz jus a proventos referidos ao soldo integral do posto ou graduação em que foi reformado, quando a doença que o invalidou para o serviço ativo agravar-se a ponto de torná-lo total e permanentemente inválido para todo e qualquer trabalho, segundo declaração firmada por Junta Médica, em inspeção de saúde posterior ao ato de reforma;

b) a percepção de proventos referidos ao soldo integral verificar-se-á, sempre, ex nunc da data do laudo médico declaratório da invalidez absoluta.

101. Quanto ao presente processo, acolhemos a sugestão de diligência contida à fl. 111, in fine, após o que podem ser considerados legais o ato de reforma e a revisão dos proventos.

102. À elevada consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 30 de setembro de 1980

ELZA DA SILVA GUIMARÃES
Inspetora Seccional

ATA DA 1888a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 24 dias do mês de março de 1981, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO, RAUL SOARES DA SILVEIRA e ROGÉRIO NUNES, os Auditores RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA e MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1887a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de dois expedientes:

— Ofício do Exmo. Senhor Secretário Executivo do Conselho Dirigente do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, informando a Corte de que, através de ofício, recebera comunicação do Presidente do Conselho Secional do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil a respeito de homenagem prestada por aquele Conselho ao Tribunal de Contas da União pelo transcurso dos noventa anos de sua instalação.

— Ofício do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no exercício da Presidência, Desembargador JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO, agradecendo a manifestação de pesar desta Corte pelo falecimento do Desembargador JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 2033/80 - Aposentadoria do servidor AROL DO GUIMARÃES BARBOSA;

PROCESSO Nº 2223/80 - Aposentadoria do servidor DOMINGOS DIAS DO NASCIMENTO;

PROCESSO Nº 2225/80 - Aposentadoria do servidor RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 103/81 - Decreto nº 5698/80, que abre crédito suplementar a favor do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, no valor de Cr$15.886.522,00.- O Tribunal tomou conhecimento do Decreto.

PROCESSO Nº 206/81 - Nota de empenho nº 019/81-SOF-SEA, emitida pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 343/81 - Nota de empenho nº 003/81-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 385/81 - Nota de empenho nº 009/81-DCFI e outras, emitidas pela Secretaria de Administração.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 317/81 - Pensão especial concedida à viúva e filhos menores do ex-servidor NEI DE CASTRO MUNIZ.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 522/81 - Ata de 1294a. reunião ordinária da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 998/80, com relatório de inspeção realizada pela Corte na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, com o fim de apurar fatos relacionados com a denúncia pública de corrupção administrativa feita pelo ex-servidor JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA contra a direção daquela empresa.- Decidiu o Tribunal reiterar, nos termos propostos pela Inspetoria-Geral, a diligência determinada em sua 1864a. Sessão Ordinária.

PROCESSO Nº 2532/80 - Aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA ANSELMO VIEIRA;

PROCESSO Nº 2540/80 - Aposentadoria do servidor DEOCLECIANO DOS SANTOS;

PROCESSO Nº 2956/80 - Aposentadoria do servidor SILVINO FRANCISCO MARIANO.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2535/80 - Aposentadoria da servidora ANTONIA DA SILVA PIMENTEL.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral — concedendo ao órgão próprio da Secretaria de Administração o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 101/81 - Decreto nº 5696/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$1.000.000,00.- O Tribunal tomou conhecimento do Decreto.

PROCESSO Nº 205/81 - Nota de empenho nº 05/81-SOF/SEA, emitida pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 342/81 - Nota de empenho nº 01/81-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 523/81 - Ata da 235a. reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 470/80 - Aposentadoria do servidor JOSÉ CAETANO DA SILVA; aos autos se juntou ato de retificação da aposentadoria.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, retificado pelo de fls. 33.

PROCESSO Nº 2305/80 - Aposentadoria do servidor ERNESTO PEREIRA DO NASCIMENTO;

PROCESSO Nº 2381/80 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO FERNANDES DIAS;

PROCESSO Nº 2597/80 - Aposentadoria do servidor REGINALDO JOSÉ CORREIA.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 3521/80 - Nota de empenho nº 1284/80-DPC e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 329/81 - Nota de empenho nº 089/80-ACSNB e outras, emitidas por diversas Administrações Regionais;

PROCESSO Nº 544/81 - Nota de empenho nº 38/81-PMDF e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 75/81 - Decreto nº 5700/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras, no valor de Cr$5.000.000,00;

PROCESSO Nº 131/81 - Decreto nº 5686/80, que abre crédito suplementar a favor do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$1.596.000,00.

- O Tribunal tomou conhecimento dos Decretos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 1307/79 - Aposentadoria do servidor EVANILDO ALVES DE OLIVEIRA.- Cumprida diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de apo

sentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 318/80 - Aposentadoria do servidor DIVINO DE PAULA ROSA;

PROCESSO Nº 2379/80 - Aposentadoria do servidor CORNÉLIO PRESIONÍLIO SOARES;

PROCESSO Nº 2524/80 - Aposentadoria do servidor ATILANO DA COSTA MADUREIRA;

PROCESSO Nº 2545/80 - Aposentadoria do servidor MANOEL SEVERO DAS NEVES.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral os competentes registros.

PROCESSO Nº 2226/80 - Aposentadoria da servidora EUTÁLIA MATIAS IAJELOVIC.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 130/81 - Decreto nº 5727/80, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Administração, no valor de Cr$18.850.500,00.- O Tribunal tomou conhecimento do Decreto.

PROCESSO Nº 250/81 - Nota de empenho nº 544/80-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 344/81 - Nota de empenho nº 02/81-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 355/81 - Nota de empenho nº 08/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria do Governo.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA

PROCESSO Nº 246/81 - Prestação de contas de auxílio financeiro concedido em 1980 ao Bloco de Samba Candangos do Bandeirante, no valor de Cr$75.000,00;

PROCESSO Nº 337/81 - Prestação de contas de auxílio financeiro concedido em 1980 à Associação Recreativa Embalo do Cruzeiro Novo, no valor de Cr$75.000,00;

PROCESSO Nº 338/81 - Prestação de contas de auxílio financeiro concedido em 1980 ao Clube Esportivo e Carnavalesco Bola Preta de Brasília, no valor de Cr$75.000,00.

- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 346/81 - Nota de empenho nº 355/80-DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 392/81 - Contrato de prestação de serviços de retífica de peças e motores, firmado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. (TCB) e a Retífica Brasiliense de Motores de Auto Silva Ltda;

PROCESSO Nº 449/81 - Contrato de empreitada por preço global celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma W.L. de Oliveira & Cia. Ltda., objetivando a execução de serviços de construção de linha de distribuição rural.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 477/81 - Nota de empenho nº 25/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 415/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2605/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios da Secretaria de Administração, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2692/80 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria do Governo, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2740/80 - Tomada de contas do agente de material do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2769/80 - Tomada de contas dos agentes de material da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2770/80 - Tomada de contas do agente de material da Administração Regional do Gama, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2797/80 - Tomada de contas do agente de material da Administração Regional de Taguatinga, exercício de 1979;

PROCESSO Nº 2799/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa do Gabinete Civil do Governador, exercício de 1979.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 1842/80 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Administração Regional do Gama, exercício de 1979.- Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral: a) julgar o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição da competente provisão de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade do detentor de adiantamento LUIZ FERNANDO DINIZ.

PROCESSO Nº 1962/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Administração Regional de Sobradinho, relativa ao exercício de 1979.- Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral: a) julgar os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade dos detentores de adiantamentos MARIA OLENÚBIA PINHEIRO COSTA e VICENTE ALVES FERREIRA.

PROCESSO Nº 2578/80 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria de Finanças, exercício de 1979.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2897/80 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, exercício de 1979.- Decidiu o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral: a) julgar os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade do detentor de adiantamento OTAVIANO AYRES DA FONSECA.

PROCESSO Nº 2925/80 - Nota de empenho nº 471/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Saúde;

PROCESSO Nº 2926/80 - Nota de empenho nº 144/80-SSS e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 3210/80 - Nota de empenho nº 310/80-CBDF e outras, emitidas pela Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 3211/80 - Nota de empenho nº 272/80-PMDF e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 110/81 - Nota de empenho nº 1398/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura;

PROCESSO Nº 111/81 - Nota de empenho nº 1381/80-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Agricultura e Produção;

PROCESSO Nº 248/81 - Nota de empenho nº 498/80-DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 279/81 - Nota de empenho nº 25/81-ISDF e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 280/81 - Nota de empenho nº 04/81-SSS e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 281/81 - Nota de empenho nº 01/81-SES e outras, emitidas pela Secretaria de Saúde;

PROCESSO Nº 282/81 - Nota de empenho nº 326/80 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 283/81 - Nota de empenho nº 327/80 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 301/81 - Nota de empenho nº 063/80-ACSNB, emitida pela Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante;

PROCESSO Nº 481/81 - Nota de empenho nº 35/81-ISDF e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 536/81 - Nota de empenho nº 23/81-PMDF e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 565/81 - Nota de empenho nº 03/81 e outras, emitidas pela Administração Regional de Planaltina;

PROCESSO Nº 566/81 - Nota de empenho nº 019/81-DPC e outras, emitidas pela Secretaria do Governo.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 30/81 - Balancete da Fundação Cultural do Distrito Federal, mês de novembro/81;

PROCESSO Nº 482/81 - Balancete da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., mês de dezembro/80.

- Relevando pequeno atraso verificado na remessa dos balancetes à Corte, o Tribunal deles tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSO Nº 265/81 - Balancete da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, mês de dezembro/80,

PROCESSO Nº 268/81 - Balancete do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 275/81 - Balancete das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 300/81 - Balancete da Sociedade de Abastecimento de Brasília, mês de dezembro/80;

PROCESSO Nº 415/81 - Balancete da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, mês de dezembro/80.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

PROCESSOS DE Nºs. 408, 409, 410, 411, 413 e 414/81, referentes a representações da Inspetoria-Geral, nas quais se sugere a aplicação de multa aos responsáveis pela inobservância do prazo estabelecido no art. 11, inciso II, do Ato Regimental nº 9/80, quanto à remessa à Corte dos balancetes de dezembro de 1980 das entidades PROFLORA, CAESB, CODEPLAN, EMATER, TCB e TERRACAP, respectivamente, — de acordo com o art. 60 do referido Ato Regimental.- Decidiu o Tribunal aprovar as sugestões da Inspetoria-Geral, em todos os seus termos.

PROCESSO Nº 463/81 - Atas das 547a. e 551a. reuniões da Diretoria da Companhia de Água e Esgotos de Brasília;

PROCESSO Nº 466/81 - Ata da 1089a. reunião da Diretoria da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.;

PROCESSO Nº 470/81 - Ata de 341a. reunião ordinária do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília;

PROCESSO Nº 483/81 - Ata da 1090a. reunião da Diretoria da Sociedade de Habitações de Interesse Social;

PROCESSO Nº 485/81 - Atas das 594a. a 596a. reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social;

PROCESSO Nº 513/81 - Atas das 395a. e 396a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 541/81 - Ofício do Senhor Diretor-Superintendente da Sociedade de Abastecimento de Brasília solicitando prorrogação de prazo para envio à Corte do balancete do mês de janeiro/81.- Decidiu o Tribunal conceder prorrogação de prazo até 31.03.81 para entrega à Corte do mencionado balancete.

PROCESSO Nº 613/81, contendo expediente da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, através do qual se solicita prorrogação de prazo para remessa à Corte dos balancetes concernentes aos meses de janeiro e fevereiro do ano em curso;

PROCESSO Nº 614/81, em que se contém solicitação das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal no sentido de que seja prorrogado o prazo para envio à Corte dos balancetes relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 1981.

- Decidiu o Tribunal conceder, em caráter excepcional, prorrogação de prazo, até 31.03.81, para a entrega dos balancetes de janeiro; quanto aos balancetes de fevereiro, deverão ser remetidos dentro do prazo estabelecido no art. 11, inciso II, do Ato Regimental nº 9/80.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, ao salientar que, por motivo de férias e outras circunstâncias, somente hoje teve a satisfação de participar de uma sessão com a presença do Auditor MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA, saudou o novo companheiro de Plenário, expressando a certeza de que Sua Excelência dará boa contribuição aos trabalhos desta Corte.

O Conselheiro ROGÉRIO NUNES comunicou à Corte que, a partir do próximo dia 6 de abril, entrará em gozo de férias relativas ao exercício de 1980.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
RAUL SOARES DA SILVEIRA
ROGÉRIO NUNES
RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA
MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CODIPE - CIA. DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E VEÍCULOS

C. G. C. (M.F.) 00 001 537/0001-76

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas,

De acordo com a legislação em vigor e das disposições estatutárias, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas as "Demonstrações Financeiras" do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1.980.

Aproveitamos o ensejo para formular os nossos agradecimentos pela colaboração recebida de todos durante o exercício.

A DIRETORIA

EM, 31 DE DEZEMBRO DE 19 80

BALANÇO PATRIMONIAL (Art. 176 § I Lei 6.404/76)

ATIVO	DATA ATUAL 31/DEZEMBRO/1.980	DATA ANTERIOR 31/DEZEMBRO/1.979
A. ATIVO CIRCULANTE		
01. DISPONÍVEL:		
Caixa	1.789.648,44	261.588,52
Bancos, c/ Movimento	37.836.565,69	11.111.601,35
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	-	-
	39.626.212,63	11.373.189,87
02. CRÉDITOS MERCANTIS:		
Duplicatas a Receber - Clientes	183.223.077,08	97.538.872,84
Duplicatas a Receber - Coligadas e/ou Controladas	2.576.365,91	-
Créditos aguardando liberação	-	-
Notas Fiscais a Faturar	9.511.301,22	11.210.356,42
Títulos a Receber	12.509.145,68	9.409.772,36
Cheques em Cobrança	282.914,14	2.595.630,03
Ações Cobertas a Receber	-	-
Fornecedores - MRS	454.387,40	717.415,68
Bloqueados - MRS	-	-
Garantias Perdidas	-	-
Adiantamentos a outros Fornecedores	622.954,10	3.267.107,64
	-	-
(-) Banco, c/ Descontos	(-33.450.295,59)	(-25.145.429,13)
(-) Provisão p/ Créditos de liquidação Duvidosa	(-3.480.000,00)	(-1.933.300,00)
	118.249.848,67	97.954.426,07
03. CRÉDITOS DIVERSOS:		
Títulos a Valores Mobiliários	-	-
Adiantamentos a Funcionários	208.013,19	131.214,27
Adiantamentos a Terceiros	3.481.288,79	5.897.231,06
Impostos a Recuperar	-	18.000,00
Contas a Recuperar	-	14.057,15
Depósitos Judiciais e Fiscais	36.748,30	14.671,30
Caução	-	-
Despesas Compensáveis	-	-
Custos de Aplicação	-	-
Empréstimos Fiscais a Aplicar	3.779.391,00	-
(-) Provisão p/ Redução ao valor de Mercado	-	-
	7.805.443,28	5.473.278,08
04. ESTOQUES:		
Estoques Totais	66.209.732,25	38.022.503,44
(-) Provisão p/ Ajuste ao Preço de Mercado	-	-
(-) Provisão p/ I.C.M.	-	-
	66.209.732,25	38.022.503,44
05. APLICAÇÃO DE RECURSOS EM DESPESAS:		
Prêmios de Seguros a Apropriar	452.636,77	174.120,00
Despesas Financeiras a Apropriar	1.637.613,64	839.168,37
Assist. e Aluguéis a Apropriar	31.480,00	-
Prolac e Seguros a Apropriar	-	-
13o. Salário Antecipado	-	-
Material de Escritório	1.188.451,07	297.885,04
Fornecedores de Origem	-	-
Almoxarifado - " Diversos "	829.609,58	221.866,87
	4.179.731,02	1.529.044,28
(A)	230.070.967,85	154.352.441,74
B. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
06. CRÉDITOS MERCANTIS:		
Duplicatas a Receber - Clientes	18.153.504,00	-
Duplicatas a Receber - Coligadas e/ou Controladas	-	-
Títulos a Receber	-	-
Ações Cobertas a Receber	-	-
Empréstimos a Prazo Fixo	680.000,00	-
(-) Banco, C/ Descontos	-	-
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
	18.833.504,00	-
07. CRÉDITOS DIVERSOS:		
Créditos de Acionistas	3.140.887,38	170.196,08
Adiantamentos a Funcionários	-	-
Adiantamentos a Controlada e / ou Coligadas	16.019.353,18	13.139.051,22
Investimentos Temporários	-	6.844.366,00
Impostos Fiscais a Aplicar	-	-
Certificados de Aplicação de Inc. Fiscais - CAIF	-	-
Certificados de Investimento em Inc. Fiscais - CI	-	-
Contas a Recuperar	-	-
	19.160.240,56	20.153.573,24
(B)	37.993.744,56	20.153.573,24
C. ATIVO PERMANENTE		
08. INVESTIMENTOS:		
Participações Permanentes em outras Sociedades	90.687.699,17	12.728.344,44
Participação p/ Incentivos Fiscais	3.801.481,41	2.841.205,33
Imóveis não ligados às atividades	133.023.040,16	105.561.518,16
	-	-
(-) Ajuste de Valor de Participação Acionária	-	-
C. M. - Investimentos, a Ratear	-	-
	227.512.220,74	122.131.267,93
09. IMOBILIZADO:		
Imóveis Terrenos	-	-
Imóveis - Construções	81.376.597,60	29.905.300,19
Móveis e Utensílios	16.740.263,01	7.184.087,27
Máquinas e Equipamentos	3.727.530,67	2.016.324,00
Veículos	2.566.380,71	1.873.896,77
Instalações	8.128.180,46	661.441,38
Construções em Andamento	272.165,40	394.728,55
Aparelhos e equipamentos de Comunicação	2.372.064,84	1.573.842,55
Benfeitorias	-	-
	(-36.824.160,73)	(-17.285.673,17)
(-) Depreciações Acumuladas	-	-
C. M. - Imobilizado, a Ratear	71.749.003,76	25.701.491,32
10. DIFERIDO:		
Benfeitorias em Bens Locados	-	-
Despesas Pré-Operacionais	-	-
Gastos de Instalações a Amortizar	-	-
	-	-
(-) Amortizações Acumuladas	-	-
C. M. - Diferido, a Ratear	-	-
	-	-
(C)	299.261.224,50	147.832.759,25
ATIVO TOTAL (A+B+C) (D)	567.325.936,91	322.338.774,23

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	DATA ATUAL 31/DEZEMBRO/ 1.980	DATA ANTERIOR 31/DEZEMBRO/ 1.979
D. PASSIVO CIRCULANTE		
11. DÉBITOS MERCANTIS:		
Fornecedores - MRS	-	286.437,61
Fornecedores - Outros	6.791.599,69	8.810.851,23
Adiantamentos de Clientes	-	-
Devolução Peças em Garantia	-	-
	6.791.599,69	9.097.288,84
12. DÉBITOS DE FINANCIAMENTOS:		
Bancos c/ Empréstimos	486.531,42	5.558.553,83
Bancos, c/ Rotativo	20.377.167,93	14.027.483,69
Bancos, c/ Caução	-	-
Bancos, c/ Vinculado	-	-
Bancos, Investimentos, c/ Cor. de Duplicatas	-	-
Bancos, Investimentos, c/ Cor. de Títulos	-	-
Bancos, Investimentos, c/ Cor. Penhor Mercantil	-	-
Bancos, Investimentos, c/ Cor. Imobiliária	-	-
	-	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	-	-
	20.863.699,42	19.586.017,52
13. DÉBITOS DIVERSOS:		
Encargos Sociais a Recolher	9.131.840,11	3.806.109,13
Encargos com Pessoal a Pagar	1.784.823,45	1.626.844,20
Impostos a Recolher	15.299.063,43	6.901.338,48
Contas a Pagar	1.923.745,19	807.514,88
Fornecedores - Material de uso e consumo	2.520.906,16	886.077,22
Títulos a Pagar	852.025,86	-
Funcionários e empregados	-	-
Dividendos a Pagar	-	-
Provisão p/ 13o. Salário	29.584.793,00	13.416.509,00
Provisão para o Imposto de Renda	373.593,91	168.122,35
Credores Diversos	62.339.839,11	26.908.815,96
14. OPERAÇÕES C/ ASSOCIADAS:		
Associados, c/ Fornecimentos	-	-
Associados, c/ Dividendos a Pagar	-	-
C/C - Associados	-	-
(E)	89.995.138,22	55.586.122,32
E. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
15. DÉBITOS MERCANTIS:		
Fornecedores - MRS	-	-
Fornecedores - Outros	-	-
Adiantamento de Clientes	-	-
	-	-
16. DÉBITOS DE FINANCIAMENTOS:		
Bancos, c/ Empréstimos	-	-
Bancos, c/ Rotativo	-	-
Bancos, c/ Caução	-	-
Bancos, c/ Vinculado	-	763.936,00
Bancos Investimentos, c/ Garantia Exclusivista	-	-
	-	763.936,00
17. DÉBITOS DIVERSOS:		
Encargos Sociais a Recolher	-	-
Encargos com Pessoal a Pagar	-	-
Impostos a Recolher	-	-
Contas a Pagar	-	-
Títulos a Pagar	-	-
Adiantamentos de Acionistas e Diretores	-	-
Empréstimos de empresas Coligadas e/ou Controladas	-	-
Provisão para o Imposto de Renda	-	-
	-	-
(F)	-	763.936,00
(G)	89.995.138,22	56.350.058,32
F. PASSIVO EXIGÍVEL (E+F)		
18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS:		
Receitas de exercícios futuros	-	971.478,73
( ) Custos atribuídos a exercícios futuros	-	-
Receita proporcional às vendas em andamento	-	-
(-) Custo das parcelas diferidas	-	-
(H)	-	971.478,73
G. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
19. CAPITAL SOCIAL:		
Capital Social Subscrito	230.000.000,00	152.800.000,00
(-) Capital Social a Integralizar	-	-
	230.000.000,00	152.800.000,00
20. RESERVA DE CAPITAL:		
Ágio por Subscrições de ações	-	-
Prêmio na venda p/ emissão de Debêntures	-	-
Doações e Subvenções p/ Investimentos	116.783.725,50	72.105.439,01
Correção Monetária do Capital Realizado	-	18.091,88
Reserva p/ Aumento de Capital	3.566.379,00	277.121,17
Reservas Incentivadas	-	4.494.356,79
C. M. - Capital e Reservas, a Ratear	120.350.104,50	77.195.038,87
21. RESERVA DE REAVALIAÇÃO:		
Reavaliação de Ativos Próprios	-	-
Reavaliação de Ativos de Coligadas e/ou Controladas	-	-
Lucro Inobtido	-	-
	-	-
C. M. - Res. de Reavaliação, a Ratear	-	-
22. RESERVAS DE LUCRO:		
Reserva Legal	18.474.773,34	7.010.202,88
Reservas Estatutárias	-	-
Reservas de Lucros a Realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reservas de Dividendos Obrigatórios a Distribuir	-	-
Reserva de Ajuste de Investimentos	-	-
	4.925.226,66	2.689.797,12
C. M. - Res. de Lucros, a Ratear	17.400.000,00	9.700.000,00
23. LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS:		
Lucros do Exercício	71.408.494,89	-
Lucros Acumulados	38.172.199,30	25.322.198,31
(-) Prejuízos Acumulados	-	-
(-) Ações em Tesouraria	-	-
C. M. - Lucros/Prejuízos, a Ratear	-	-
	109.566.054,28	25.322.198,31
(I)	477.330.798,69	265.017.237,18
PONTOS TOTAIS (G + H + I) (J)	567.325.936,91	322.338.774,23

Demonstração do Resultado de Exercício

(Art. 176, III, Lei n.º 6.404/76)

COMPONENTES	DATA ATUAL 31/DEZEMBRO/80	DATA ANTERIOR 31/DEZEMBRO/79
01. Receita bruta de vendas e serviços	1.269.997.592	613.084.755
02. Deduções de vendas, abatimentos e impostos	217.991.772	96.463.055
03. RECEITA LÍQUIDA (01-02)	1.048.005.820	516.621.700
04. Custo de mercadorias e serviços vendidos	817.071.302	398.781.188
05. LUCRO OPERACIONAL BRUTO (03-04)	230.934.518	117.840.512
06. Despesas:		
a) - Despesas Variáveis	11.040.008	5.924.806
b) - Despesas Fixas	34.758.206	17.983.049
c) - Despesas Financeiras	21.145.805	18.370.916
d) - Despesas Administrativas	45.926.949	20.247.861
07. Receitas:		
a) - Receitas Financeiras	6.497.865	5.517.910
08. RESULTADO OPERACIONAL (05-06+07)	124.562.015	66.831.790
09. Receita não operacional	32.860.026	7.315.043
10. Despesas não operacionais	3.045.814	2.832.102
11. Provisões constituídas (natureza n/ operacional)	3.480.000	3.243.703
12. Reversões de Provisões (natureza n/ operacional)	1.933.500	1.282.200
13. Saldo da conta de "Resultado de Correção Monetária do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido"	48.168.803	30.914.321
14. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANTES I.R.)	104.660.924	38.738.707
15. Prejuízos acumulados	-	-
16. Provisão para o Imposto de Renda	29.584.793	13.416.509
17. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (DEPOIS DO I.R.)	75.076.131	25.322.198
18. Participações e Debenturistas, Empregados, Administradores e Titulares de Partes Beneficiárias	-	-
19. Contribuições para Instituições ou Fundo de Assistência ou Previdência de Empregados	-	-
20. RESULTADO DO EXERCÍCIO (Cr$ 0,33 por ação do Capital Social)	75.076.131	25.322.198

Demonstração de "Origens" e "Aplicações" de Recursos

(Art. 176, IV, Lei n.º 6.404/76)

HISTÓRICO	DATA ATUAL 31/DEZEMBRO/80	DATA ANTERIOR 31/DEZEMBRO/79
1. ORIGENS DE RECURSOS		
1 - 1 Lucro líquido do Exercício	71.408.493	25.322.198
1 - 2 (+) Depreciação, Amortização ou Exaustão	8.153.078	2.637.835
1 - 3 (±) Variação, no resultado de exercícios futuros	971.479	968.738
1 - 4 Realização do Capital Social	-	-
1 - 5 Contribuições para Reserva de Capital e reavaliação	7.200.000	3.033.451
1 - 6 Recursos Originários:		
- Do aumento P. Exig. a Longo Prazo	-	1.379.850
- Da redução A. Real. a Longo Prazo	6.844.366	3.933.529
- Da alienação de investimentos	1.869.901	-
- Da alienação de direitos A. Imob.	-	70.713
1 - 7 (+) Resultado da C. M. do permanente e do Patrimônio Líquido	48.168.803	30.914.321
TOTAL DAS ORIGENS	143.118.116	70.870.859
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
2 - 1 Dividendos distribuídos	-	-
2 - 2 Aquis. direitos At. Imobilizado	35.498.388	984.008
2 - 3 Aumento de Aplicações no:		
- At. Realiz. a longo prazo	24.684.537	3.790.965
- Investimento	42.861.811	13.770.463
- Ativo Diferido	-	-
2 - 4 Redução no P. Exig. a Longo Prazo	763.936	1.373.850
TOTAL DAS APLICAÇÕES	103.808.606	19.861.286
3. AUMENTO (OU REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE (1 - 2)	41.309.510	50.409.573

4. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

COMPONENTES	DATA INÍCIO	DATA FIM	VARIAÇÕES
Ativo Circulante	154.352.442	230.070.968	75.718.526
Passivo Circulante	55.586.122	89.995.138	34.409.016
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (OU NEGATIVO)	98.766.320	140.075.830	41.309.510

NOTAS EXPLICATIVAS:

(As Notas Explicativas da Diretoria fazem parte integrante das "Demonstrações Financeiras").

NOTA 1 - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições constantes da Lei que dispõe sobre as Sociedades por Ações e demais leis fiscais.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a- Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo de até 1 (um) ano são apresentados como circulantes;

b- É adotado o regime de competência para registro das operações ocorridas no exercício, nos termos da Lei nº 6.404/76 e art. 6o, § 4o, do Decreto-Lei nº 1.598/77;

c- Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, os quais estão inferiores ao de reposição ou de reavaliação, não se computando os impostos que deverão ser recuperados;

d- Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras foram reconhecidos mediante a correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, cujo efeito líquido foi computado no resultado de exercício, no total de Cr$. 48.168.802,76 (quarenta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois cruzeiros e setenta e seis centavos);

e- O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária, menos depreciação corrigida e calculada à taxas admitidas pela legislação vigente para efeitos tributários;

f- Os investimentos não relevantes estão demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de correção monetária calculada na base das variações das ORTNs;

g- Os investimentos relevantes em sociedades coligadas/controladas, foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial;

h- A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída até o limite legal admitidos para os efeitos tributários, a qual é suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de suas contas a receber;

i- As aplicações de recursos em despesas referem-se às pagas antecipadamente relativas ao exercício seguinte e estão sendo apropriadas proporcionalmente aos períodos de competência.

NOTA 3 - O resultado de ajuste decorrente da avaliação pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos feitos em coligadas/controladas, foi levado à conta de resultado do exercício, no valor de Cr$. 16.418.943,60 (dezesseis milhões, quatrocentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros e sessenta centavos).

NOSSA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS COLIGADAS/CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.980:

EMPRESA:	CAPITAL	PATR. LÍQUIDO	N/PARTICIPAÇÃO
CITROESTE AGROINDUSTRIAL S.A.	95.727.660,00	97.763.608,46	42.425.924,00
AGROPECUÁRIA CANABRAVA S.A.	63.555.000,00	95.378.825,62	42.609.879,00
CUNHA IMPLs.AGRÍCOLAS ROD.LTDA.	12.500.000,00	17.275.922,41	3.154.914,00

NOTA 4 - CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social é de Cr$. 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros), todo ele realizado e dividido em 230.000.000 (duzentos e trinta milhões) de ações, de valor nominal de Cr$. 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, todas ordinárias nominativas (art. 6o do Estatuto Social).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ART. 176, II Lei nº 6.404/76)

HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- Saldos em 02/janeiro/ 1.980	152.800.000,00	77.195.038,87	8.807.137,00	25.322.198,31	264.124.374,18
- Correção Monetária	-	116.783.725,50	4.925.226,66	12.854.962,12	134.563.914,28
- Valores Capitalizados	77.200.000,00	(-77.195.038,87)	-	(-4.961,13)	-
- Reservas Incentivadas	-	3.566.379,00	-	-	3.566.379,00
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	75.076.131,23	75.076.131,23
- Reserva Legal	-	-	3.667.636,34	(-3.667.636,34)	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
TOTAIS:	230.000.000,00	120.350.104,50	17.400.000,00	109.580.694,19	477.330.798,69

MARIA JOSÉ DE FREITAS SILVA
- Diretora Presidente -
CPF(MF) 143648831 - 15

WALDOMIRO SILVA
- Diretor -
CPF(MF) 000427491-15

OSCAR PERMÉ DO CARMO
- Diretor -
CPF(MF) 001977691-87

ANTONIO JOSÉ DA SILVA SOBRINHO
- Diretor -
CPF(MF) 002673411-72

NURI ANDRAUS GASSANI
- Diretor -
CPF(MF) 001979721-72

ROBERTO TRONCOSO RODRIGUES
Contador CRC-GO 937-T/DF
CPF(MF) 004309601 - 82

OSMAR ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS
Téc. Cont. CRC nº 3.481/DF
CPF(MF) 084748181 - 68

(DAR - Cr$ 10.065,00)

CONVÊNIO Nº 033/81, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR-FENAME, TENDO COMO INTERVENIENTE A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO-ENSINO FUNDAMENTAL 80/81, BEM COMO PROVER O ALUNADO DE 1º GRAU DA REDE OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, DOS LIVROS NECESSÁRIOS A UM MELHOR RENDIMENTO ESCOLAR.

Aos 17 dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pela Professora EURIDES BRITO DA SILVA, brasileira, casada, na qualidade de Secretária de Educação e Cultura, residente e domiciliada nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 013.566/80, e do outro, a FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR, doravante denominada simplesmente FENAME, neste ato representada por seu Diretor Executivo WANDER BATALHA LIMA, brasileiro, viúvo, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, tendo como interveniente a Fundação Educacional do Distrito Federal, doravante denominada FUNDAÇÃO, no ato representada por JOALDOMAR GOMES ALMEIDA, brasileiro, casado, na qualidade de seu Diretor-Executivo, autorizado pela Resolução nº 400/80-CD, de 29 de outubro de 1980, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - A FENAME, para a execução do Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental 80/81, resolve adotar os critérios abaixo relacionados, os quais deverão ser cumpridos pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura: a) O Programa visa ao atendimento de alunos das 04 (quatro) primeiras séries do Ensino Fundamental, com prioridade para aqueles carentes de recursos financeiros; b) os livros devem ser distribuídos exclusivamente nas Escolas da Rede Oficial; c) cada aluno deverá receber no máximo 05 (cinco) livros. CLÁUSULA SEGUNDA - Cabe ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, avaliar e selecionar, dentre os títulos constantes da "Relação dos Livros Didáticos Indicados para co-edição - PLIDEF 78/79/80 e Relação dos Livros Didáticos indicados para co-edição PLIDEF 80/81, os mais adequados ao trabalho educativo em suas áreas, levando-se em consideração interesses, necessidades e peculiaridades locais. PARÁGRAFO ÚNICO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, deverá constituir uma Comissão de Avaliação, para análise e seleção de livros que deverão ser adotados no Distrito Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - A FENAME obriga-se a entregar até 1º de março de 1 981, 424.600 (quatrocentos e vinte e quatro mil e seiscentos) livros, correspondente à quantidade estipulada no Documento Básico-Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental 80/81 (PLIDEF). CLÁUSULA QUARTA - A FENAME poderá alterar o número de exemplares destinados ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos da Cláusula Terceira deste Convênio, se razões de ordem administrativa e/ou financeira assim o exigirem, notificando-o antecipadamente, para que tal modificação seja objeto do Termo Aditivo. CLÁUSULA QUINTA - Cabe ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, elaborar o Plano de Distribuição dos livros didáticos a serem enviados pela FENAME, atendendo aos critérios estabelecidos na Cláusula Primeira do presente Convênio, às recomendações do Documento Básico-Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental 80/81 e às necessidades de caráter regional. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Plano de Distribuição deverá ser elaborado de acordo com as normas anexas às Tabelas Modelo 1 e 2. PARÁGRAFO SEGUNDO - Do total de livros destinados ao DISTRITO FEDERAL, a Secretaria de Educação e Cultura poderá destinar até 10% (dez por cento) desse total para a Reserva Técnica, a fim de atender a explosão de matrículas e beneficiar as Bibliotecas Públicas, apresentando à FENAME, até a data de 30/12/81, o Relatório da Distribuição dos livros da referida Reserva. CLÁUSULA SEXTA - Os livros a serem entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, têm o valor estimado em Cr$ 27.599.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil cruzeiros). CLÁUSULA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, obriga-se a participar do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental 80/81, com recursos financeiros, em contraprestação aos livros que vier a receber, consoante à Cláusula Terceira deste Convênio, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa e ao desenvolvimento progressivo do Fundo Nacional do Livro Didático. CLÁUSULA OITAVA - A contrapartida mínima, estabelecida pela FENAME, conforme consta no Documento de Diretrizes Básicas PLIDEF 80/81, tem o valor de Cr$..... 3.337.356,00 (três milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e seis cruzeiros), valor este, que poderá ser acrescido pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, conforme suas disponibilidades de recursos financeiros. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do montante global da contrapartida, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura depositará 90% (noventa por cento), em favor da FENAME, sob o seguinte título: 31.201.66 - DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS - À VISTA - GOVERNO FEDERAL - OUTRAS CONTAS - MEC - FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - C/150.712-5 AGÊNCIA CENTRAL - BANCO DO BRASIL S/A, RIO DE JANEIRO - (RJ), e transferirá os 10% (dez por cento) restantes, a serem retidos no DISTRITO FEDERAL, à FUNDAÇÃO, depositando-os em conta especial, em estabelecimento de Crédito Oficial. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos para fazer face às despesas do presente Convênio são procedentes do Orçamento do DISTRITO FEDERAL, para o corrente exercício-Lei nº 6.873, de 03 de dezembro de 1980, vinculado ao Projeto SEC 1.081 - Programa do Livro Didático, à Conta do Elemento: 3.2.2.0 - Transferências Intragovernamentais, Subelemento: 3.2.2.1 - Transferências à União, Função: 08 - Educação e Cultura, Programa: 47- Assistência a Educandos, Subprograma: 236 - Livro Didático, conforme Notas de Empenho nºs 003/81 e 004/81-SEC, nos valores respectivos de Cr$ 3.003.620,40 (três milhões, três mil, seiscentos e vinte cruzeiros e quarenta centavos) e Cr$ 333.735,60 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros e sessenta centavos), em nome da FENAME e da FUNDAÇÃO, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura. PARÁGRAFO TERCEIRO - A FUNDAÇÃO só poderá movimentar a referida conta de acordo com o Plano de Aplicação elaborado pela Coordenação do Livro Didático e aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, posteriormente, o mesmo deverá ser submetido à apreciação da FENAME. PARÁGRAFO QUARTO - O Plano de Aplicação ora mencionado, deverá prever somente despesas com a execucão do Programa do Livro Didático. PARÁGRAFO QUINTO - Finda a execução deste Convênio, (31/12/81), a FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura do cumprimento efetivo do Plano de Aplicação dos recursos transferidos, sendo que este último encaminhará à FENAME, a referida prestação de contas com a respectiva conferência a visto. PARÁGRAFO SEXTO - O não cumprimento do Plano de Aplicação, acarretará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, a obrigação de depositar o valor total dos recursos retidos, na conta da FENAME, especificada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula. PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso haja saldo na aplicação dos recursos retidos pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, ficará o mesmo obrigado a reaplicá-los no Programa seguinte. CLÁUSULA NONA - Fica expressamente proibida a venda de livros do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental 80/81, e dos Programas anteriores destinados ao DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, deverá dar continuidade à implantação progressiva do Banco do Livro. Em 1981, será obrigatória a implantação, no mínimo em 30% (trinta) por cento) das Escolas de 1º Grau atendidas pelo PLIDEF-80/81. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura obriga-se a propiciar condições de execução do Programa do Livro Didático, no Distrito Federal, à Coordenação responsável pelo desenvolvimento/acompanhamento e pela avaliação do mesmo, no que se refere a: a) recursos humanos, materiais e financeiros; b) colaboração de outros setores da Secretaria de Educação e Cultura e em especial da Equipe de Currículo. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura se obriga a realizar "Cursos de Atualização de Professores para Utilização do Livro Didático" aos Educadores das localidades selecionadas para receberem os livros do Programa. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A FENAME poderá fiscalizar, sem prévia notificação, a fiel observância do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental, no Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, obriga-se a cumprir os prazos estabelecidos no Cronograma divulgado pela FENAME. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Qualquer infringência por parte do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, às cláusulas do presente Convênio, importará no seu cancelamento

total ou parcial, suspendendo-se, a critério da FENAME, a validade de medidas concertadas para ulterior execução. CLÁUSULA DECIMA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um Executor para o presente Convênio, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL, expirando-se a 31 de dezembro de 1981, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionais e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
EURIDES BRITO DA SILVA

PELA FENAME (as.)_____
WANDER BATALHA LIMA

PELA FUNDAÇÃO (as.)_____
JOALDOMAR GOMES ALMEIDA

(as.)_____

TESTEMUNHAS
GABRIEL ATHOS PEREIRA

(as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA

VISTO
EM.02.04.1981

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

ASSOCIAÇAO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA - ADUnB

EDITAL

Nos termos estatutários convoco todos os sócios da ADUnB, no pleno gozo dos seus direitos, a participarem da Assembléia Geral Extraordinária que se fará realizar no dia 09.04.81, no Anfiteatro 11 do ICC - Campus Universitário, às 9:30hs em primeira convocacão e às 10:00hs em segunda Convocação quando trataremos da seguinte pauta:

1 - Designação de Delegado para o I CONAD
2 - Ante-projeto de Estatuto da carreira do Magistério-Fundações.
3 - Salário e questões trabalhistas.
4 - Outros assuntos.

Brasília, 02 de abril de 1981

VOLNEI GARRAFA
Presidente

(DAR-Cr$ 1.314,00)

DECLARAÇAO

Declaramos que foram extraviados os seguintes documentos: N.F. Unica - 001 a 125, N.F. TAT Unica - 001 a 250; N.F.E-1 - 001 a 250; N.F. Serviços A-1 - 001 a 250.

GIVAN Ind. e Com. Ltda.
CGC 62867627/0005-25
ICM 07063997-3 - ISS 024722-2

(DAR - Cr$ 438,00)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 09 de abril de 1981 (quinta-feira), às 15 horas, ou Sessão subsequente, processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o (s) seguinte (s) feito (s): **PARA INICIO DE VOTAÇÃO:**

REO-63 78
Recorrente - DEPARTAMENTO DA RECEITA
Recorrida: MUHAMAD & MUSA LTDA
Relator - Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior
Representante da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso

PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO:

RV- 118/77
Recorrente - MUHAMAD ALI ISMAIL KHALIL
Recorrido - DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator - Conselheiro Walter Basniaki Linhares
Representante da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso

RV- 279/79
Recorrente - JOSE PINTO DA ROCHA
Recorrida - SECRETARIA DE VIAÇAO E OBRAS
Relator - Conselheiro Wellington Carlos Batista
Representante da Fazenda Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro
C/Vista ao Conselheiro Gilberto Alves Nery

RV- 170/80
Recorrente - Helena Pereira de Barros Barreto
Recorrido - SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
Relator - Conselheiro Amaury Ubirajara da Silva Ramos
Representante da Fazenda Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal
Em 1º de abril de 1981
MARCIA MARIA ARAUJO MARTINS
ASSISTENTE

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº Sr. Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 13 de abril de 1981 (segunda-feira), às 15 horas, ou Sessão subsequente, processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o (s) seguinte (s) feito (s) **PARA INICIO DE VOTAÇÃO:**

RV- 130/79
Recorrente - MARCOSA CONSTRUÇOES LTDA.
Recorrido - DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator - Conselheiro Gilberto Alves Nery
Representante da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso
Advogado - Dr. Josué Jose Nogueira

REO- 228/79
Recorrente - DEPARTAMENTO DA RECEITA
Recorrida - LINCE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Relator - Conselheiro Wellington Carlos Batista
Representante da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso

PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO:

RV- 270/77
Recorrente - MANOEL BATISTA MONTEIRO
Recorrido: SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
Relator - Conselheiro Wellington Carlos Batista
Representante da Fazenda Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

RV- 205/79
Recorrente - RIGOBEL ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA
Recorrido - SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
Relator - Conselheiro Gilberto Alves Nery

Representante da Fazenda Procuradora Maria Helena dos Santos Carneiro

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal
Em 1º de abril de 1981

MARCIA MARIA ARAUJO MARTINS
ASSISTENTE

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE CANDIDATOS
A EMPREGOS DE "MOTORISTA OFICIAL"
DA TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES DOS SERVIÇOS AUXILIARES

EDITAL

Faço saber aos interessados que foram aprovados pelo Exmº Senhor Presidente em Exercício deste Tribunal, de acordo com o constante do Processo nº 368 81, os pedidos de inscrição de nºs. 01 a 427 do concurso acima referido.

Brasília-DF., 1º de abril de 1981

JOMAR MACIEL PIRES
DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CPJ – 3ª DELEGACIA POLICIAL – CRUZEIRO VELHO-DF.
EDITAL DE CITAÇÃO

O BEL. IDELFONSO LOURENÇO DOS SANTOS, DELEGADO-CHEFE DA 3ª DELEGACIA POLICIAL, FAZ SABER a todos quantos lerem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, que nesta Delegacia que funciona no Cruzeiro Velho-Brasília-DF, foi instaurado o Processo Sumário nº 222 80-3ª DP, contra SEVERINO PASCOAL DE OLIVEIRA, natural de Goiânia-GO, filho de Maurino Pascoal de Oliveira e Luzia da Conceição, para apurar o crime previsto no artigo 129 § 6º, do Código Penal, ocorrido no dia 29.09.80, na pista asfáltica que liga Sobradinho Plano Piloto, após a ponte que passa sobre o Córrego do Torto, aquém do balão, figurando como vítima MARIA DA CONCEIÇÃO BARREIRA DUAILIBE. E como o paradeiro do acusado é incerto e não sabido, é expedido o presente Edital, pelo prazo de cinco dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será ele havido como citado, para se ver processar até final julgamento, devendo comparecer a esta Delegacia, acompanhado de Defensor (Advogado), no dia 15.05.81, às 8:30 horas, a fim de ser qualificado, identificado criminalmente e assistir a inquirição das testemunhas e vítima, sob pena de revelia. Eu, Ednalva Pereira dos Santos, Escrivã, o datilografei.

Brasília-DF, 20 de março de 1981

IDELFONSO LOURENÇO DOS SANTOS
Delegado-Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CPJ – 3ª DELEGACIA POLICIAL-CRUZEIRO VELHO-DF
EDITAL DE CITAÇÃO

O BEL. IDELFONSO LOURENÇO DOS SANTOS, DELEGADO-CHEFE DA 3ª DELEGACIA POLICIAL, FAZ SABER a todos quantos lerem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, que nesta Delegacia, que funciona no Cruzeiro Velho-Brasília-DF, foi instaurado o Processo Sumário nº 224 80-3ª DP, contra ROBSON DA COSTA PEREIRA, natural de João Pinheiro-MG, filho de Maria da Costa Nogueira, para apurar o crime previsto no artigo 121 § 3º, do Código Penal, ocorrido no dia 11.10.80, nas proximidades do bloco "G" da quadra 12 - Cruzeiro Velho, figurando como vítima JOÃO BATISTA LUCAS. E como o paradeiro do acusado é incerto e não sabido é expedido o presente Edital, pelo prazo de cinco dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será ele havido como citado, para se ver processar até final julgamento, devendo comparecer a esta Delegacia, acompanhado de Defensor (Advogado), no dia 18.05.81, às 8:30 horas, a fim de ser qualificado, identificado criminalmente e assistir a inquirição das testemunhas, sob pena de revelia. Eu, Ednalva Pereira dos Santos. Escrivã, o datilografei.

Brasília-DF, 20 de março de 1981

IDELFONSO LOURENÇO DOS SANTOS
Delegado-Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
11ª DELEGACIA POLICIAL – N. BANDEIRANTE
EDITAL DE CITAÇÃO

O DR. GUILHERME FRANCISCO ROSA MACHADO, DELEGADO-CHEFE da 11ª DELEGACIA POLICIAL, FAZ SABER a todos quantos lerem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, que nesta Delegacia, que funciona no Núcleo Bandeirante-DF., na Av. Central, foi instaurado o Processo nº 129 80, contra SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, natural de Paulo Faria-SP, filho de Francisco Machado de Oliveira e de Maria Inácia de Oliveira, para apurar o crime previsto no art. 121, § 3º do CPB., ocorrido em 29.09.80, nas proximidades do Posto Pioneiro-N.B., figurando como vítima MARIA ESTELA PEREIRA DOS SANTOS. E como o paradeiro do acusado é incerto e não sabido, é expedido o presente EDITAL, pelo prazo de cinco dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será ele havido como citado, para se ver processar até final julgamento, devendo comparecer a esta Delegacia, acompanhado de Defensor (advogado), no dia 30.04.81, às 08:30 horas, a fim de ser qualificado, identificado criminalmente e assistir a inquirição das testemunhas, sob pena de revelia. Eu, Bel. Clealdo Melo de A. Lopes, Escrivão, o datilografei.

Brasília-DF., 20 de março de 1981

GUILHERME FRANCISCO ROSA MACHADO
Delegado-Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DELEGACIA DE POLICIA – ASA NORTE
EDITAL DE CITAÇÃO

O BEL. MARIO GUSTAVO STUART, DELEGADO-CHEFE DA 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA, FAZ SABER a todos quantos lerem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, que nesta Delegacia, que funciona no Setor de Áreas Isoladas Norte, bloco "E", foi instaurado o Processo nº 346 80, contra EDUARDO DA SILVA RIBEIRO, natural de Floriano-PI, filho de Manoel Clementino Filho e Maria Deonizia Clementino, para apurar crime previsto no art. 129 § 6º do Código Penal, ocorrido em 28.08.80, no Eixo Monumental Norte, altura do Centro de Convenções, figurando como vítima GEONY ALVES PEREIRA JÚNIOR. E como o paradeiro do acusado é incerto e não sabido, é expedido o presente Edital, pelo prazo de cinco dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será ele havido como citado, para se ver processar até final julgamento, devendo comparecer a esta Delegacia, acompanhado de Defensor (Advogado), no dia 28.04.81, às 09:00 horas, a fim de ser qualificado, identificado criminalmente e assistir a inquirição das testemunhas e vítima, sob pena de revelia. Eu, PAULO CÉSAR DE SOUSA RIBEIRO Escrivão, o datilografei.

Brasília, 25 de março de 1981

MÁRIO GUSTAVO STUART
Delegado-Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS
EDITAL 010/81

O CHEFE DO SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO GOVERNO DO DF, tendo em vista decisão de Primeira Instância nos processos de Auto de Infração e outros, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabido, NOTIFICA-OS daquela decisão e INTIMA-OS a recolherem aos Cofres da Fazenda do Distrito Federal os valores apurados nos respectivos processos, no prazo de 20 dias, contados da publicação do presente Edital, na forma do art. 247, inciso III, da Lei nº 4191 62 ou, no mesmo prazo, apresentarem, querendo, Recurso à Junta de Recursos Fiscais, nos termos do art. 257 da mesma Lei.

O Pagamento do Débito poderá ser efetuado através do DAR-Documento de Arrecadação, a ser adquirido pelo contribuinte nas papelarias locais e visado pelo Serviço de Créditos Fiscais, no 3º andar, s 307 do Edifício Vale do Rio Doce-SBN.

O não atendimento ao presente Edital, implicará nas inscrições dos valores em Dívida Ativa, para cobrança executiva.

REGISTRO	PROCESSO	C O N T R I B U I N T E	NATUREZA	VALOR
0466/81	165181/81	Antônio Troitino Vasques	ISS	104.908,81
0512/81	165184/81	Antônio Troitino Vasques	ICM	100.960,56
2560/80	056322/80	Benedito Nonato	ICM	2.624,96
0475/81	227649/80	C.N. de Oliveira Gonçalves	ICM	51.344,83
2571/80	056600/80	Delta Confeitaria Ltda	ICM	320,26
0497/81	057690/78	Brasil Limpeza Com.Rep.Ltda	ICM	389.986,23
0492/81	195843/80	Maria Raimunda da S. Araújo	ICM	1.461.337,75
0524/81	165286/81	Mult Só Cana Ind.Comércio e Decorações Ltda	ICM	71.944,57
0509/81	050004/81	Izildo Correia	ISS	886.419,83
0267/81	056438/80	Elétrica União Comércio e Representação Ltda	ICM	676.661,91
0193/81	227453/80	Jahel Sami Ali Badran Ali	ICM	503.184,60
0196/81	056705/80	João de Souza Sobrinho	ICM	246.247,30
0211/81	050173/81	Marta Vieira Lima	ICM	2.609,28

Brasília, 24 de março de 1981

EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
Serviço de Créditos Fiscais
Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
AVISO

TÁXIS MULTADOS POR INFRAÇÃO AO ANEXO I DO REGULAMENTO APROVADO PELA PORTARIA Nº 066 80-SSP, de 21 de agosto de 1980.

PLACAS

0417 - 0800 - 2029 - 2123 - 2639 - 3305 - 4069.

Brasília, 31 de março de 1981
DEOCLECIO BRITTO HAGEL
Deptº de Concessões e Permissões
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS

EDITAL 011/81

O CHEFE DO SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO GOVERNO DO DF, tendo em vista o lançamento do ISS nos termos do art. 23, parágrafos 2º, 3º e 5º, do Decreto 3522 76, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabido, NOTIFICA-OS deste lançamento e INTIMA-OS a recolherem aos cofres da Fazenda do Distrito Federal, no prazo de 30 dias, contados da publicação do presente Edital, os valores apurados por esta forma ou, no mesmo prazo, apresentarem, querendo, reclamação ao Diretor da Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais.

O pagamento do débito poderá ser efetuado através do DAR-Documento de Arrecadação, a ser adquirido pelo contribuinte nas papelarias locais e visado pelo Serviço de Créditos Fiscais, no 3º andar, sala 307, do Edifício Vale do Rio Doce-SBN.

O não-atendimento ao presente Edital, implicará a inscrição dos valores em Dívida Ativa, para cobrança executiva.

REGISTRO	CONTRIBUINTE	EXERCÍCIO	VALOR
0302/81	Anide Fontoura Reis Teixeira	1980	1.962,00
0407/81	Antonia Francisco de Almeida	1980	3.924,00
0339/81	Antônio Nascimento de Oliveira	1980	2.354,40
0441/81	Antônio Nóbrega de Melo	1980	3.924,00
0320/81	Aluísio Tavares de Souza	1980	3.924,00
2390/80	Célia da Soledade Pereira Veiga	1979	1.150,00
0335/81	Dilson José Rocha Barreto	1980	3.924,00
0362/81	Anterio Dal Magro	1980	981,10
0457/81	Divino Carlos Fonseca	1980	3.924,00
0345/81	Edson Marçal de Souza	1980	3.924,00
0449/81	Elsa Otoni de Oliveira	1980	2.943,00
0384/81	Gilberto Basílio de Carvalho	1980	1.177,20
0442/80	Lealcy Leal de Aguiar Miranda	1979	2.300,00
0364/81	João Abinadab de Lima	1980	1.962,00
0354/81	José Cavalcante Lima	1980	2.354,40
0347/81	Juarez Castro de Souza	1980	2.943,00
0368/81	Lauzara Maria dos Reis	1980	1.962,00
0382/81	Luzia Carolina de Lima	1980	1.962,00
0366/81	Manoel dos Santos Silva	1980	2.943,00
0383/81	Manoel Servo de Aguiar	1980	1.962,00
0341/81	Marina de Andrade Muniz	1980	2.943,00
0331/81	Olga Pessato da Silva	1980	3.924,00
2299/80	Otávio Rodrigues da Silva	1979	1.150,00
0416/81	Osman Machado de Paiva	1980	2.354,40
0397/81	Ozanita Nunes de Oliveira Silva	1980	2.943,00
0392/81	Sebastião Braga de Oliveira	1980	2.354,00
0386/81	Severino Badu	1980	1.962,00
0380/81	Waldemir Geraldo	1980	2.354,00
0398/81	Walkyria da Silva Ramos	1980	3.924,00
0442/81	Izauciano Josede Souza Cavalero	1980	3.924,00

Brasília, 24 de março de 1981

EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
Serviço de Créditos Fiscais
Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS

EDITAL 012/81

O CHEFE DO SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO GOVERNO DO DF, tendo em vista o lançamento do IPTU, nos termos dos arts. 16, 17 e 164, do Decreto-Lei 82 66, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabido, NOTIFICA-OS deste lançamento e INTIMA-OS a recolherem aos Cofres do Governo do DF, no prazo de 30 dias, contados da publicação do presente Edital, os valores apurados por esta forma ou, no mesmo prazo, apresentarem, querendo, reclamação ao Diretor da Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais nos termos do parágrafo único do art. 36, do Decreto nº 3521 76.

O pagamento do débito poderá ser efetuado através do DAR-Documento de Arrecadação, a ser adquirido pelo contribuinte nas papelarias locais e visado pelo Serviço de Créditos Fiscais, no 3º andar, sala 307, do Edifício Vale do Rio Doce-SBN.

O não-atendimento ao presente Edital, implicará a inscrição dos valores em Dívida Ativa, para cobranca executiva.

REGISTRO	CONTRIBUINTE	EXERCÍCIO	VALOR
0298/81	Jano Santos de Queiroz	1979	546,00
0245/81	Laboratório Santa Clara de Prótese Dentária Ltda	1980	1.369,60
0076/81	Mozart Machado Fortuna (diferença)	1980	3.691,80
0187/81	Rita Francis Gonzales de Oliveira	1977 a 1980	33.659,30

Brasília, 24 de março de 1981
EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
Serviço de Créditos Fiscais
Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
AVISO
EDITAL Nº 001/81-C L-FCDF – TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS REGISTRADORAS, CLASSE 5604.
Data: 14.04.81 – Horário: 15:00 h

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data e horário acima indicados, na sala de reuniões, situada na Av. W 2 Sul – Quadra 508 – Bloco A – nº 72, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material objeto do Edital em epígrafe.

Cópia do Edital, poderá ser obtida na Seção de Compras, no endereço acima mencionado, no horário de 9:00 às 11:30 e de 14:30 às 18:00 horas.

Brasília, 27 de março de 1981
MÁRIO DE CERQUEIRA BRANCO
Presidente da Comissão de Licitação

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAIS
AVISO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAIS, no uso de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o decidido pelo Tribunal no Processo nº 947 81, avisa aos **servidores** ocupantes de cargos e empregos do Quadro e da Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares, que **no periodo de 06 a 10 de abril do corrente ano**, a Comissão estará recebendo, em sala do Gabinete do Diretor-Geral de Administração, situada no 3º andar do Edifício-sede, a inscrição de candidatos ao preenchimento de vagas existentes na classe inicial das categorias abaixo indicadas, e compreendidas no regime da **progressão especial** e **ascensão funcional**, de conformidade com o disposto na Resolução nº 12, de 18.09.80.

Abrir-se-ão inscrições para o processo seletivo destinado ao provimento de vagas nas seguintes categorias:

a) Técnico de Controle Externo;
b) Auxiliar de Enfermagem;
c) Agente Operacional de Telecomunicações;
d) Agente de Mecanização de Apoio;
e) Agente de Portaria;
f) Agente Administrativo; e
g) Datilógrafo.

As instruções reguladoras do processo seletivo referente a cada categoria funcional e os respectivos programas encontram-se afixados na portaria do Tribunal.

A pré-inscrição de que trata o Edital nº 01 81-COPAF não desobriga o interessado de fazer a inscrição definitiva, e esta não se restringe apenas aos que fizeram a citada pré-inscrição.

Brasília-DF., 31 de março de 1981
AFONSO LADISLAU SATAS
Presidente